

Diário do Legislativo de 26/02/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - DELIBERAÇÃO DA MESA

3 - ATAS

3.1 - 3ª Reunião Ordinária

3.2 - Reuniões de Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR*

Adelino Carvalho Lino (PMN)

* Adelino de Carvalho

Adelmo Carneiro Leão (PT)

* Adelmo Carneiro Leão

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

* Carlos Pimenta

César de Mesquita (PMDB)

* César de Mesquita

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

* Christiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

* Edson Rezende

Eduardo Daladier Pereira (PDT)

* Eduardo Daladier

Eduardo Dias Hermeto Filho (PSB)

* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PSDB)

* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

* Francisco Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* George Hilton

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

* Irani Barbosa

Ivo José da Silva (PT)

* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

* José Alves Viana

José Castro Braga (PDT)

* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSN)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando

Luiz Menezes (PPS)

* Luiz Menezes

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PSDB)

* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

* Newton de Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PSDB)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

* Washington Rodrigues

Em 25/2/99

*Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 1.675

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com a Deliberação da Mesa nº 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a estrutura do gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho, a vigorar a partir de 26/2/99, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 1.601, de 1º/2/99, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 4 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Assistente de Gabinete II - 8 horas	AL-25
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete I - 8 horas	AL-14
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 4 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de fevereiro de 1999.

Anderson Adauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilon Melo - Gil Pereira.

ATAS

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 24/2/99

Presidência dos Deputados José Braga e Antônio Roberto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 5 e 6/99 (encaminham pedido de retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 2.021/98 e o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.068, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99 - Projetos de Lei nºs 31 a 34/99 - Requerimentos nºs 14 a 19/99 - Requerimentos da Comissão de Turismo e dos Deputados Rêmo Aloise, Elbe Brandão, Carlos Pimenta (2), Hely Tarquínio (4), Wanderley Ávila (4), José Henrique (2), Paulo Piau (4) e Alberto Bejani e da Bancada do PSDB - Comunicações: Comunicações das Lideranças e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2), Gil Pereira (2) e Wanderley Ávila - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Sebastião Costa, Paulo

Piau, Ivo José e Márcio Kangussu - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Wanderley Ávila (4), Hely Tarquínio (4), Paulo Piau (4), José Henrique (2) e Carlos Pimenta; deferimento - Votação de Requerimentos: Prosseguimento da votação do requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros; renovação da votação da Emenda nº 2; aprovação; questão de ordem; leitura da Emenda nº 3; questão de ordem; votação da Emenda nº 3; aprovação; declarações de voto - Requerimentos dos Deputados Carlos Pimenta e Alberto Bejani; aprovação - Requerimento do Deputado Márcio Kangussu; discursos dos Deputados Rogério Correia, Márcio Kangussu, Elbe Brandão, Márcio Cunha, João Leite, Marco Régis e Alencar da Silveira Júnior; questão de ordem; aprovação - Requerimento da Bancada do PSDB; discursos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, João Leite, Paulo Pettersen, Mauro Lobo e Amilcar Martins; apresentação da Emenda nº 1; leitura da Emenda nº 1; votação do requerimento, salvo emenda; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia - Questão de ordem; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos - 2ª Fase: Inexistência de matéria a ser apreciada - 3ª Parte: Leitura de Comunicações - Oradores Inscrições: Discursos da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Márcio Cunha - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Duryal Ângelo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Afilton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Francisco Rafael - George Hilton - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Newton de Moraes - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila - Washington Rodrigues.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Alberto Bejani, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 5/99*

Belo Horizonte, de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar a devolução da mensagem através da qual foi submetido à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei nº 2.021/98, que autoriza a contratação de profissionais por tempo determinado por fundações da área de saúde.

Antecipo agradecimento, preveleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 6/99*

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 14.068, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao considerar a Proposição de Lei nº 14.068, resultante de projeto de iniciativa parlamentar, que cria o Serviço de Orientação Psicopedagógica nas escolas da rede pública estadual, razões de interesse público indicam-me a conveniência de opor-lhe veto total.

É que as escolas da rede estadual de ensino já dispõem, em seus respectivos quadros de pessoal, de profissionais das áreas de orientação educacional e supervisão pedagógica, que

têm como tarefa principal o atendimento aos alunos em suas necessidades educacionais, inclusive em relação aos aspectos psicopedagógicos.

Além do mais, a proposta, pela amplitude do seu alcance, se acolhida, viria acarretar insuportável sobrecarga financeira ao erário, em momento de reconhecida carência de recursos.

São essas as razões que me conduzem a opor veto total à Proposição de Lei nº 14.068, que devolvo ao reexame da egrégia Assembléia Legislativa.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 19 de fevereiro de 1999.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da CEMIG, informando que essa empresa procedeu aos estudos necessários à instalação de rede elétrica em parte da Av. das Oliveiras, em Pompêu, e apresentou à Prefeitura desse município as condições técnicas e comerciais para a viabilização da obra. (- Anexe-se ao Requerimento nº 2.719/98.)

Do Sr. Flávio de Lemos Carsalade, Presidente do IEPHA, solicitando a indicação de um representante desta Casa e respectivo suplente para compor o Conselho Curador do IEPHA.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3/99

Dá nova redação ao inciso V do art.170 da Constituição do Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O inciso V do art. 170 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

"Art.170 -

V - promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, ficando dispensada a exigência de alvará, ou qualquer outro tipo de licenciamento, para o funcionamento de templos religiosos, e proibida a fixação de limitações de caráter geográfico à instalação dos referidos templos;"

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, de de 1999.

João Paulo - Olinto Godinho - Hely Tarquínio - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Djalma Diniz - Adelino de Carvalho - Washington Rodrigues - George Hilton - Arlen Santiago - Rogério Correia - Fábio Avelar - Miguel Martini - João Batista de Oliveira - Durval Ângelo - Antônio Andrade - Elaine Matozinhos - Eduardo Hermeto - Dalmo Ribeiro Silva - Sebastião Navarro Vieira - Luiz Menezes - Glycon Terra Pinto - Carlos Pimenta - Rêmoló Aloise - Elbe Brandão - Dinis Pinheiro - Irani Barbosa - Alberto Pinto Coelho - Francisco Rafael - Marco Régis - José Braga - Eduardo Daladier - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu - Paulo Pettersen - Luiz Fernando - Márcio Cunha - João Pinto Ribeiro - José Henrique - Ailton Vilela - Agostinho Silveira.

Justificação: A Constituição da República dispõe, no inciso VI do art. 5º, que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

É obrigatório entender-se que os cultos religiosos são definitivamente livres e que a legislação estabeleceu, tão-somente, garantia de proteção aos locais onde eles se realizam.

Ademais, o inciso VIII do art.30 da mesma Constituição, em harmonia com o dispositivo citado, permite aos municípios promoverem, apenas "no que couber", o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e o controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

A expressão "no que couber" mantém a liberdade dos cultos e o dever de se garantir a proteção aos locais onde eles se realizam.

A proposição em tela visa a explicitar, no texto da Constituição Estadual, a liberdade do culto religioso, comprometida em muitos municípios, por intoleráveis equívocos.

- Publicado, vai a proposta à Comissão Especial, para parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 31/99

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão das Neves - APAE de Neves, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão das Neves - APAE de Neves, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 1999.

Eduardo Brandão

Justificação: Fundada em 15/5/96, a APAE de Neves é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, com duração indeterminada, sediada no município que lhe empresta o nome.

Dado o seu caráter eminentemente assistencialista, não tem fins lucrativos, e os membros de sua diretoria, reconhecidamente pessoas idôneas, não são remunerados pelo exercício de suas funções.

Desde a sua fundação, a entidade vem cumprindo, fielmente, as suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços direcionados aos indivíduos excepcionais, além de orientar, esclarecer e motivar a comunidade a melhor conhecer essa causa.

Pelas razões aduzidas, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 32/99

Determina a obrigatoriedade da divulgação dos veículos apreendidos por autoridade policial.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Estado divulgará, por meio do diário oficial e de sistemas informatizados de comunicação de dados, em periodicidade não inferior a noventa dias, informações sobre os veículos apreendidos por autoridade policial, sob suspeita de terem sido roubados ou furtados.

§ 1º - As informações a que se refere o "caput" deste artigo deverão contemplar, sempre que possível, o modelo, a cor predominante e os números do chassi e da placa dos veículos apreendidos desde a última divulgação.

§ 2º - Cópia da informação publicada no diário oficial deverá ser afixada em todas as delegacias de trânsito do Estado, em local de fácil visualização e de acesso público.

§ 3º - A primeira divulgação conterá as informações referentes aos veículos apreendidos nos noventa dias anteriores à sua publicação.

Art. 2º - Os veículos não reclamados por seus proprietários no período de três anos, contados da publicação a que se refere o art. 1º, serão levados a hasta pública, repartindo-se o produto do leilão, igualmente, entre o Estado e o município de emplacamento do veículo.

Parágrafo único - Quando o veículo apreendido houver sido emplacado em outro Estado, ou não for possível a identificação do local de emplacamento, o produto do leilão de que trata este artigo será repartido, igualmente, entre o Estado e o município onde ocorreu a apreensão.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 1999.

Maria José Hauelsen

Justificação: A cada ano, são roubados milhares de veículos, e muitos deles acabam recuperados pelas Polícias Civil e Militar. No entanto, em boa parte desses casos, o poder público encontra dificuldade de localizar os proprietários dos veículos, e estes acabam abandonados nos pátios das delegacias de trânsito.

Da mesma forma, os proprietários desses veículos têm grande dificuldade de saber se os veículos foram ou não recuperados, já que não há um canal de comunicação entre a autoridade policial e a sociedade, próprio para este fim.

Nosso projeto, que aproveita idéia do Deputado Arnaldo Penna apresentada na legislatura passada, tem a pretensão de instituir um canal específico de comunicação entre o poder público e a sociedade, com a finalidade de facilitar a localização dos veículos recuperados.

Outro dispositivo de nosso projeto trata do prazo para o leilão dos veículos que não forem reclamados por seus proprietários e, ainda, da forma de repartição dos recursos arrecadados. Entendemos ser justo que parte desses recursos sejam entregues aos municípios, conforme previsto no art. 2º da nossa proposta.

A matéria não se encontra relacionada junto àquelas cuja competência o constituinte mineiro reservou para o Poder Executivo, podendo ser objeto de projeto de qualquer dos integrantes desta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 33/99

Assegura aos portadores de deficiência locomotora matrícula na escola pública mais próxima de sua residência.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica assegurada aos portadores de deficiência locomotora matrícula na escola pública mais próxima de sua residência.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 1999.

Wanderley Ávila

Justificação: O tratamento especial dispensado ao portador de deficiência física, longe de discriminá-lo, demonstra o respeito pelo ser humano, independentemente de suas limitações. Facilitar seu acesso a prédios e contribuir para amenizar as dificuldades que ele enfrenta no dia a dia é nosso dever de cidadãos.

Nada mais justo que lhe assegurar matrícula na escola pública mais próxima do local onde reside, medida que vai eliminar, na maioria dos casos, o transtorno e o desgaste na lida com o transporte coletivo.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 34/99

Institui a garantia do controle do nível de aflatoxinas em alimentos destinados ao consumo humano em ações de órgãos públicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os órgãos públicos que adquirem alimentos "in natura" ou formulados à base de milho, feijão, amendoim, soja, girassol ou sementes de algodão garantirão o controle, nesses produtos, do nível de aflatoxinas permitido por norma editada pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos ou norma que venha a substituí-la.

Art. 2º - A garantia a que se refere o art. 1º desta lei será efetivada mediante o seguinte:

I - exigência da apresentação, pelo fornecedor escolhido no processo de aquisição dos produtos, de laudo de exame laboratorial atestando a adequação exigida;

II - realização de contraprova laboratorial pelo adquirente do produto.

§ 1º - O recebimento do produto e o pagamento do fornecedor somente poderão ser feitos após a apresentação do laudo e do resultado da contraprova laboratorial.

§ 2º - O laudo e a contraprova poderão ser realizados em laboratório federal, estadual, municipal ou privado que utilize técnica de cromatografia em camada delgada ou técnica de cromatografia líquida ou de alta resolução.

§ 3º - As despesas com a realização do laudo e da contraprova laboratorial correrão a expensas do fornecedor.

Art. 3º - A constatação de que os alimentos referidos no art. 1º desta lei são inadequados ao consumo humano deverá ser comunicada, pelo adquirente, ao órgão responsável pela saúde, no prazo máximo de dois dias após o recebimento da contraprova laboratorial, juntamente com os resultados do laudo laboratorial e da contraprova e com o endereço do depósito dos produtos, com vistas à adoção das medidas legais.

Art. 4º - Os fornecedores de alimentos em cujos produtos forem constatados, no exame de contraprova, níveis de aflatoxinas superiores aos permitidos pela legislação vigente ficarão sujeitos, na forma de regulamento, às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de cem por cento sobre o valor da proposta de venda;

III - suspensão, pelo prazo de um ano a contar da data do resultado da contraprova laboratorial, da participação em novos processos para fornecimento de alimentos ao poder público.

Parágrafo único - O valor arrecadado por meio das multas será destinado ao Programa de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 5º - Os fornecedores referidos no artigo anterior ficam responsáveis pela destinação final dos produtos em aterros sanitários, sob a fiscalização do órgão responsável pela saúde.

Parágrafo único - Os fornecedores poderão viabilizar a utilização dos produtos para outros fins que não o consumo humano, desde que devidamente tratados, de acordo com os limites de tolerância vigentes e sob a fiscalização do órgão responsável pela saúde.

Art. 6º - Em caso de doação de alimentos, o exame laboratorial do produto será feito a expensas do órgão público beneficiado.

Parágrafo único - Na eventualidade da constatação da inadequação de produtos ao consumo humano, nos termos desta lei, o doador sujeitar-se-á ao disposto no art. 5º desta lei, e o fato será comunicado pelo donatário ao órgão responsável pela saúde.

Art. 7º - As despesas de responsabilidade do poder público decorrentes desta lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento do Estado.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de fevereiro de 1999.

Carlos Pimenta

Justificação: As aflatoxinas são produzidas por fungos das espécies "Aspergillus flavus" e "Aspergillus parasiticus". As condições para desenvolvimento desses fungos são temperatura ambiente de 30°C e umidade relativa do ar entre 80% e 90%, elementos presentes no clima tropical de nosso País.

O controle das aflatoxinas nos alimentos é plenamente justificável, uma vez que tais toxinas, além de causarem lesões hepáticas, são capazes de produzir tumores nos pulmões, nos rins e nos intestinos. A atividade patogênica dessas substâncias já foi comprovada em testes realizados com animais de laboratório.

Acredita-se mesmo que a presença dessas micotoxinas seja a causa do câncer primário do fígado em seres humanos. O alimento contaminado apresenta elevado potencial cancerígeno e efeitos tóxicos agudos, que podem ser fatais em recém-nascidos e crianças.

As aflatoxinas podem ocasionar, ainda, cirrose hepática e redução da resistência imunológica, propiciando surtos de hepatite B. Além disso, há estudos que as relacionam com a síndrome de Reye.

As aflatoxinas B1, B2, G1 e G2 são as mais conhecidas e as mais tóxicas. As aflatoxinas M1 e M2 são metabólitos da substância Alfa-B1 encontrados no leite de mamíferos, inclusive o leite de vacas que consomem rações contaminadas por Alfa-B1 e o de mulheres que ingerem alimentos contaminados.

A preocupação com os efeitos das aflatoxinas é evidenciada pelo fato de que a medição dos níveis dessas substâncias está prevista, no âmbito federal, pela Resolução nº 34/76, da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos (a ser ampliada pela Resolução nº 56/94, do MERCOSUL), que estabelece parâmetros para a aplicação da legislação estadual.

Sentimos, assim, a necessidade de editar, em favor da sociedade, no âmbito do Estado, regras de aplicação ampla, tendo em vista o controle das aflatoxinas nos alimentos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 14/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando sejam consignados nos anais da Casa votos de congratulações com os Deputados à 14ª Legislatura - Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Maria José Hauelsen, Maria Olívia e Maria Tereza Lara - pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 15/99, do Deputado Marco Régis e outros, em que solicitam seja encaminhada ao Governador do Estado moção de apoio irrestrito às medidas político-administrativas e jurídicas, por ele adotadas, as quais buscam resguardar os interesses de Minas Gerais. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 16/99, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente da República, pleiteando a suspensão dos cortes dos recursos das áreas sociais, particularmente os referentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI.

Nº 17/99, do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja encaminhado ofício ao Presidente da República, pleiteando a liberação de recursos para os Estados e municípios, destinados à implantação de programas de recuperação e reeducação de meninos de rua e menores infratores. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 18/99, do Deputado Newton de Moraes, em que solicita seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda para que, dentro da escala mensal de pagamento do Estado, sejam priorizadas as Polícias Militar e Civil. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 19/99, do Deputado Márcio Cunha, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com o jornal "Hoje em Dia" pelo 11º aniversário de sua fundação. (- À Comissão de Educação.)

Do Deputado Rêmoló Aloise, em que solicita seja encaminhado à Mesa da Assembléia, para apresentação, projeto de resolução alterando o art. 9º do Regimento Interno, que dispõe sobre a eleição da Mesa da Assembléia. (- À Mesa da Assembléia.)

Da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, em que solicita a realização de seminário legislativo para discutir e propor ações e políticas públicas que visem a atenuar o flagelo do desemprego no Estado. (- À Mesa da Assembléia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Elbe Brandão, Carlos Pimenta (2), Hely Tarquínio (4), Wanderley Ávila (4), José Henrique (2), Paulo Piau (4) e Alberto Bejani e da Bancada do PSDB.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Lideranças e dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2), Gil Pereira (2) e Wanderley Ávila.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Sebastião Costa, Paulo Piau, Ivo José e Márcio Kangussu proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelos Líderes das bancadas, indicando os membros suplentes das comissões permanentes, a qual foi publicada na edição anterior.

Despacho de Requerimentos

- A seguir, são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Wanderley Ávila (4), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.322/97, 1.829, 1.972 e 2.000/98; Hely Tarquínio (4), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.834, 1.975, 1.988 e 2.015/98; Paulo Piau (4), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 2.018, 2.019 e 2.020/98 e do Requerimento nº 2.763/98; José Henrique (2), solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 1.511/97 e 1.685/98; Carlos Pimenta, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.178/97.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação do requerimento dos Deputados Márcio Cunha, João Paulo e José Milton em que solicitam a convocação dos Secretários da Fazenda, Sr. Alexandre Dupeyrat; do Planejamento, Sr. Manoel Costa; da Educação, Sr. Murílio Hingel; e da Procuradora-Geral do Estado, Sra. Misabel Derzi, para, em Plenário, prestarem informações, na próxima semana, sobre a atual situação financeira do Estado e das medidas legais adotadas. A Presidência informa ao Plenário que o requerimento, salvo emendas, e a Emenda nº 1 foram aprovadas na reunião ordinária de ontem. A Presidência vai renovar a votação da Emenda nº 2. Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram (- Pausa.) Aprovada.

Questão de Ordem

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, solicita a leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Presidente - Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da Emenda nº 3.

A Sra. Secretária (Deputada Elbe Brandão) - (- Lê:)

- A Emenda nº 3, lida pela Sra. Secretária, é a publicada na edição anterior.

Questão de Ordem

O Deputado Marco Régis - Paira dúvida, Sr. Presidente, se a emenda lida é a que está em votação ou se é a que é matéria vencida.

O Sr. Presidente - Está em votação a emenda do Deputado Sebastião Costa. Em votação, a Emenda nº 3. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o requerimento do Deputado Márcio Cunha e outros com as Emendas nºs 1 a 3. Oficie-se.

Declarações de Voto

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar este Plenário, porque, ao contrário do que disse o Deputado Durval Ângelo, entendeu que é uma prerrogativa deste Poder acompanhar as políticas públicas e o andamento dos processos desencadeados pelo Poder Executivo. Este Plenário mostrou sua grandeza ao convocar os dirigentes militares para que venham a esta Casa, para, em reunião secreta, prestar esclarecimentos sobre a reunião havida com o Sr. Governador do Estado. Este Poder Legislativo se afirma como um Poder do Estado de Minas Gerais. Cumprimento a todos os membros do Plenário.

O Deputado Hely Tarquínio - Em nome do PSDB, também gostaria de agradecer aos colegas Deputados pelo apoio à proposta do Deputado Sebastião Costa. Dessa forma, com este Plenário, de forma isenta, aplicando a ética na política, na unidade do Poder Legislativo, o povo de Minas Gerais ficará satisfeito. É dessa forma que vamos construir uma Minas Gerais mais livre, mais fraterna e mais solidária. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja criada uma comissão especial para proceder a levantamento, no Norte de Minas, sobre os efeitos da seca e suas consequências para a vida pública, econômica e social da região. Em votação, o requerimento. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários, que se manifestem. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Alberto Bejani, em que solicita a constituição de uma comissão especial destinada a estudar e debater as condições oferecidas pelo Estado de Minas Gerais à indústria de veículos automotores Mercedes-Benz do Brasil, visando à instalação de sua fábrica em Juiz de Fora, bem como seus reflexos na economia estadual e municipal, uma vez que essas condições apontam para graves prejuízos ao Estado e ao município. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários, que se manifestem. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Márcio Kangussu, em que solicita a convocação do Secretário do Planejamento e do Presidente do BDMG, para prestarem esclarecimentos e debaterem, na Comissão de Assuntos Municipais, os bloqueios de recursos dos municípios devedores do Projeto SOMMA, por meio de suas contas de ICMS e FPM, conforme foram feitos no dia de hoje.

- Os Deputados Rogério Correia, Márcio Kangussu, Elbe Brandão, Márcio Cunha, João Leite, Marco Régis e Alencar da Silveira Júnior proferem discursos para encaminhar a votação, os quais serão publicados em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Pediria apenas 30 segundos para responder à pergunta da Deputada, porque agora compreendi o seu esclarecimento. Pensei que a convocação fosse para Plenário. Ela esclareceu que a convocação era para comissão. Se é para comissão, o assunto é diferente do tratado anteriormente. Gostaria de posicionar-me favorável ao requerimento do Deputado Márcio Kangussu, para que seja ouvido tanto o BDMG quanto o Secretário do Planejamento nas comissões afins.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários, que se manifestem. (- Pausa.) Aprovado. Oficie-se.

Requerimento da Bancada do PSDB, em que solicita sejam convidados os Srs. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Transportes e Obras Públicas, e Antônio Erdes Bortoletti, Diretor-Geral do DER-MG, para prestarem esclarecimentos, em Plenário, sobre o contrato firmado entre o Governo e a BR Distribuidora.

- Os Deputados Alberto Pinto Coelho, João Leite, Paulo Pettersen, Mauro Lobo e Amílcar Martins, proferem discursos para encaminhar a votação, os quais serão publicados em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à mesa emenda do Deputado Amílcar Martins, que recebeu o nº 1. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da emenda. Na sua ausência, com a

palavra, o Deputado Antônio Roberto, para, nas funções de 1º-Secretário, fazer a leitura da emenda.

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Roberto) - (- Lê:) "Emenda nº 1 ao Requerimento da Bancada do PSDB. Acrescente-se ao requerimento: "e que seja convocado também o ex-Presidente da BR Distribuidora e atual Presidente da CEMIG, Sr. Djalma Moraes".

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento, salvo emenda. Os Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários, que se manifestem. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

-Procede-se à verificação de votação, nos termos do art. 257 do Regimento Interno.

O Sr. Presidente - Votaram a favor 39 Deputados; não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do requerimento, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o requerimento da Bancada do PSDB com a Emenda nº 1. Oficie-se.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia, em que solicita a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, da tribuna, tratar de assunto relevante e urgente. A Presidência defere o requerimento e fixa para o orador o prazo de 30 minutos.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, nota-se que não temos "quorum" para a continuação dos trabalhos. Peço o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a presença de 26 Deputados em Plenário. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos.

2ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Roberto) - Esgotada a matéria destinada à 1ª fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

3ª Parte

O Sr. Presidente - Não havendo matéria a ser tratada nesta Fase, a Presidência passa à 3ª fase da reunião, destinada a comunicações e a pronunciamentos de oradores inscritos.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas pelos Deputados Dalmo Ribeiro Silva (2) - falecimento da Sra. Cybele Pinto Coelho, em Belo Horizonte, e do Sr. Vicente Vilela de Araújo, em Campinas; Gil Pereira (2) - falecimento do Sr. José Correa Machado e da Sra. Alaíde Martins Pereira, em Montes Claros; e Wanderley Ávila - falecimento da Sra. Emerenciana Soares Ferreira, em Brás Pires (Ciente. Oficie-se.).

Oradores Inscritos

- Os Deputados Maria Tereza Lara e Márcio Cunha proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 25, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão de Direitos HUMANOS

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Maria Tereza Lara e Washington Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente "ad hoc", Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião especial desta Comissão e que a reunião se destina a eleger o Presidente e a fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias da Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado João Leite para atuar como escrutinador. Apurados os votos, é eleito Presidente o Deputado João Leite, com três votos. A Deputada Maria Tereza Lara empossa o Deputado João Leite, que agradece a escolha de seu nome para presidir os trabalhos. Em seguida, o Presidente ressalta a participação dos Deputados Washington Rodrigues e Maria Tereza Lara como membros efetivos desta Comissão e destaca a criação da Secretaria Adjunta de Direitos Humanos para o desenvolvimento do Programa Estadual de Direitos Humanos. Ato contínuo, após consenso entre os membros da Comissão, a Presidência anuncia que as reuniões ordinárias da Comissão realizar-se-ão às quartas-feiras, às 9h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convoca os membros da Comissão para a 2ª Reunião Especial e para a 1ª Reunião Extraordinária, em 25/2/99, às 14 horas e às 14h15min, para eleger o Vice-Presidente e para apreciar assuntos de interesse da Comissão, respectivamente. O Presidente determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 1999.

João Leite, Presidente - Glycon Terra Pinto - Maria Tereza Lara - Washington Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia primeiro de julho de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Antônio Roberto (substituindo este ao Deputado Arnaldo Canarinho, por indicação da Liderança do PMDB), Sebastião Navarro Vieira (substituindo o Deputado Bilac Pinto, por indicação da Liderança do PFL), Mauri Torres (substituindo o Deputado Ailton Vilela, por indicação da Liderança do PSDB) e Olinto Godinho, membros da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas; e Kemil Kumaira, Mauri Torres, Antônio Roberto, Sebastião Navarro Vieira e José Braga, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauri Torres,

dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros das Comissões presentes. Em seguida, o Presidente informa que a finalidade da reunião é apreciar os pareceres destas Comissões para o 1º turno do Projeto de Lei nº 1.744/98, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, para o fim que menciona. Tendo havido pedido de vista do parecer da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, na reunião anterior, o Presidente dá prosseguimento à discussão. Com a palavra, o relator, Deputado Mauri Torres, solicita à Presidência a retirada do parecer anterior e a apresentação de outro parecer, que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2. Ainda na fase de discussão, o Deputado Antônio Roberto apresenta as Propostas de Emendas nºs 3 e 4. O Presidente submete à votação o parecer, que é aprovado, e as propostas de emendas, que são aprovadas, e indaga do relator se concorda com as alterações aprovadas pela Comissão. Tendo este concordado, a ele é dado o prazo regimental para a elaboração da nova redação. O Presidente suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, o Deputado Mauri Torres apresenta a nova redação do parecer, que é aprovada pelos membros presentes. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Mauri Torres, relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que emite parecer que conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras Públicas. Submetido a votação, é aprovado o parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende os trabalhos para que seja lavrada a ata da reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de julho de 1998.

Álvaro Antônio, Presidente - Antônio Roberto - Sebastião Navarro Vieira - Mauri Torres - Olinto Godinho - Kemil Kumaira - José Braga.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 18/2/99

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento todos os Deputados eleitos e dou as boas-vindas aos novos Deputados que vêm também integrar este parlamento, trazendo o concurso da sua inteligência e da sua disposição de bem servir Minas Gerais.

Os Deputados do PFL com assento neste Plenário fizeram-me Líder do partido no início da 14ª Legislatura. Cumpre-me, nesta qualidade, apresentar às senhoras e aos senhores parlamentares a conduta que norteará os passos da Liderança do PFL nesta Casa.

O rumo apontado ao PFL pelas urnas, de oposição ao Palácio da Liberdade e situação no Palácio do Planalto, faz com que o exercício da atividade política pelos Deputados pefelistas com assento no Plenário Presidente Juscelino Kubitschek seja calcado nos ensinamentos liberais da concordância e do diálogo, no respeito à coisa pública e, principalmente, na serenidade para administrar conflitos. Também não poderia ser diferente. A figura pública que dá nome a este Plenário legou ao País a magnanimidade no exercício do poder, o respeito à pluralidade das idéias e um profundo, enorme e diuturno exemplo de como administrar conflitos.

Dessa maneira, o PFL quer fazer dos ensinamentos de Juscelino Kubitschek a práxis do exercício político desta Casa e não apenas um mero "retrato na parede" ou a monocórdia lembrança de que "este, sim, foi um grande Governador".

A concordância, o diálogo permanente, o respeito à coisa pública e a serenidade para a vivência política só serão conseguidos se nos dispusermos a fazer deste Plenário o mais fiel depositário dos ensinamentos de Hanna Arendt.

Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguçava a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade que ela proporciona à reflexão:

Senhoras e senhores, vivenciamos um desses momentos raros a que se refere a mestra Hanna Arendt. Chamo a atenção para o tempo do verbo: vivenciamos. Estamos no meio da crise entre o Governo de Minas e o Governo Federal e precisamos ter a clarividência inspiradora da filosofia de Arendt: o preconceito não pode existir dentro desta Casa nas análises que, até mesmo por força de nosso exercício parlamentar, iremos fazer.

A altivez de Minas não pode ser medida somente pelos reiterados anúncios de que ela não se curvará. A altivez de Minas é medida, principalmente, pelo seu reiterado compromisso de ser o Estado-membro síntese da Federação. E, como Estado síntese da Federação, Minas não se quebra e não se deixará quebrar, porque não admite responder à crise com juízos preconcebidos. A vocação conciliatória de Minas gera a serenidade de todo o Brasil. Nesse sentido, Minas é a voz da Nação. É ela, Minas, quem fala para os brasileiros a partir da conciliação natural de seu povo. Dessa maneira, temos que abolir de nossos pensamentos o maior dos preconceitos da política mineira atual, aquele de que um de nós, que nos submetemos ao vestibular das urnas, pode se arvorar em ser a voz de Minas. Ledo engano: a voz de Minas é ela própria. Quando a intenção de ser voz de Minas é vivenciada, temos momentâneos interesses partidários obstruindo as normas que asseguram as prerrogativas essenciais do Poder Legislativo. Quando a intenção de ser voz de Minas se materializa, o Poder Legislativo é impedido de ser o canal por excelência da expressão de uma sociedade democrática e pluralista.

O PFL se portará, nesta Casa, com a firme e decidida posição de não permitir que atitudes preconcebidas, que preconceitos partidários e pré-formados juízos pessoais agucem a crise e venham privar ou até mesmo impedir que a experiência da realidade e a oportunidade de sobre ela refletirmos sejam obstruídas por lances mercadológicos, factóides e dodivanas decisões temperamentais.

O PFL exercerá, em toda a sua plenitude, a vocação histórica do povo mineiro, aquela de procurar sempre a conciliação através da denúncia direta sobre fatos que possam impedir a consecução do acordo político que sempre norteou este Estado-síntese: as várias e múltiplas Minas trabalhando juntas para o bem comum.

Não importará ao PFL de que lado cada parlamentar vê a verdade. O que a ele importa é que a verdade seja vista sem preconceitos e sem pejo de ferir susceptibilidades.

O PFL não se furtará a apresentar sugestões para que a população mineira deixe de sofrer as nefastas conseqüências dessa crise gerada no preconceito e pela disputa mesquinha de um imprudente estrelismo de egos exacerbados.

Dessa maneira, Sr. Presidente, passo às mãos de V. Exa. duas proposições: a primeira delas tem, nitidamente, a marca conciliatória de Minas. Trata-se do risco iminente de toda a região servida pela Rodovia 381, a Fernão Dias, ver-se sacrificada em nome da crise. Parafaseando Millôr Fernandes: "Crise, crise! Quantos crimes se cometem em seu nome!". Encontramo-nos diante de um impasse que poderá ser perfeitamente resolvido a partir da análise, sem preconceitos, da realidade que nos cerca.

A Fernão Dias está sendo duplicada com base em contrato em que os recursos foram assim divididos: 50% oriundos de financiamento externo, 25% sob a responsabilidade da União, e os outros 25% restantes devidos pelos Estados de Minas Gerais e de São Paulo, divididos proporcionalmente à extensão das obras realizadas. A gestão da obra foi entregue ao DER-MG, mediante convênio com o DNER. Com a instalação da "crise" - e aqui, diga-se de passagem, como se crise tivesse real e determinada hora para se instalar, todos os recursos foram suspensos, e a obra está paralisada.

Ora, por que Minas Gerais não denuncia o convênio e devolve a gestão da obra para o DNER? Dois passos importantes seriam dados. O primeiro deles é que de um aporte financeiro de zero ponto percentual, a obra poderia receber 75% de recursos financeiros, referentes aos empréstimos externos e à cota devida pela União. O segundo, não menos importante, é que a gestão da obra saíria do Governo Estadual do PMDB e teria continuidade sob a batuta do Ministério dos Transportes, também do PMDB.

Teríamos a solução técnica e a solução política para o término do impasse, e, o que é mais importante, o povo mineiro não teria paralisada, por preconceitos partidários e pré-formados juízos pessoais, uma obra que é vital para seu desenvolvimento.

O povo mineiro não pode ser sacrificado porque o Governador do Estado está em disputa pessoal de poder com o Presidente da República. Notadamente, quando sabemos que o Exmo. Sr. Governador, durante toda a sua campanha eleitoral, afirmava que a obra da Fernão Dias era uma "obra do Governo Federal, e não do Governo Estadual". Dessa maneira, passo às mãos de V.Exa., Sr. Presidente, o requerimento seguinte e conclamo todos os Deputados para o apoiarem.

O PFL apela para que todos os Deputados eleitos pelo Sul de Minas, independentemente de coloração político-partidária, dêem seu decidido apoio a essa causa, que é de todos nós. O requerimento encontra-se redigido nos seguintes termos:

"O Deputado que este subscreve vem, nos termos do Regimento Interno desta Casa, solicitar seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado requerimento para que seja denunciado o convênio firmado entre o DER-MG e o DNER, pelo qual a gerência da obra de duplicação da BR-381 - Rodovia Fernão Dias - foi entregue ao DER-MG, e, dessa maneira, seja a gerência da mencionada obra rodoviária devolvida ao DNER. Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 1999".

A segunda proposição, Sr. Presidente, consiste no exercício de nossa atividade fiscalizadora e vem comprovar a necessidade de o Legislativo mineiro ter a exata consciência da dimensão do seu papel e não permitir que seja violentado em suas funções constitucionais. Trata-se do sério risco que corremos, insisto, quando alguém se investe no papel de "Voz de Minas": o Poder Legislativo é impedido de ser o canal por excelência da expressão de uma sociedade democrática e pluralista.

A estratégia mercadológica do Sr. Governador é muito clara: transveste-se em "Voz de Minas", apela para o sentimento bairsta dos mineiros, convoca a mídia e posa de guardião da coragem de nosso Estado, aguça a crise e, a um mesmo tempo, fere de morte a dignidade desta Casa. Como se não bastasse, quer transformar esta Assembléia em cúmplice de seu sonho de governar o Brasil a partir de Minas Gerais.

Esta Casa terá que lembrar a S. Exa. que ele foi eleito para governar Minas e que irá cobrar-lhe esta condição. Daqui a quatro anos, caso queira e caso a convenção de seu partido permita, submeta seu nome ao povo brasileiro. Até lá, cuide S.Exa. de governar o Estado no respeito às tradições de Minas e à Constituição, que há dois meses jurou defender.

O PFL não pode permitir que esta Casa seja transformada em eco da voz que pretende ser a de Minas. Não, Sras. e Srs. Deputados, esta Assembléia é a caixa de ressonância dos desejos dos mineiros. Mineiros que anseiam pelo cumprimento da Constituição por parte do Sr. Governador, que jurou respeitá-la e que, atabalhoadamente, vem rasgando-a, artigo por artigo, em nome da premeditada criação de fatos políticos. Crie S.Exa. o fato político que bem lhe aprouver, mas respeite, acima dos fatos políticos que criar, as determinações contidas na Carta Magna de Minas.

O princípio constitucional é de clareza solar. Não cabe interpretação porque não gera dubiedade. O Governador escolhe quem quiser, e a Assembléia aprova ou não a escolha, previamente, insista-se, antes de sua nomeação.

ADEMG, IEF, IGA, IGAM, IPSM, Loteria Mineira, FAPEMIG, CETEC, Fundação Clóvis Salgado, FEAM, Fundação Ezequiel Dias, Fundação Helena Antipoff, FHEMIG, IEPHA-MG e Fundação João Pinheiro tiveram seus Presidentes nomeados em flagrante desrespeito à norma constitucional.

Vale lembrar que o Presidente Anderson Aduato pediu para ser cobrado, ao final de seu mandato como Presidente desta Casa, pelo grau de independência entre este Poder e o Poder Executivo, durante o exercício da Presidência. Por dever de ofício, vejo-me impelido a cobrar de S. Exa. o Presidente Anderson Aduato, no primeiro dia da sessão legislativa, as providências devidas que o caso requer.

O Presidente da Casa deveria ter devolvido a Mensagem 4/99, exigindo do Sr. Governador que refizesse os malsinados atos, e não, conforme publicação de sábado passado, acolhido a mensagem, dando-lhe tramitação normal nesta Casa.

No primeiro dia de trabalho, portanto, sou obrigado a cobrar da Presidência da Assembléia a promessa feita em seu discurso e tão alardeada pela imprensa mineira.

Importa esclarecer, ainda, que sustar os malsinados atos é medida saneadora para a administração pública. Uma vez nulos, suas conseqüências também o são. Podemos imaginar o caos administrativo e as ações judiciais que nascerão a partir da descoberta pelo cidadão mineiro, que se julgue com direitos feridos, de que o causador de seu infortúnio não tinha, como de fato não tem, amparo legal para, à época em que foi tomada, proferir qualquer decisão.

Dessa maneira, aprovar esse projeto de resolução é dever de consciência do Plenário. Notadamente quando a maioria dos presentes nesta 14ª Legislatura aprovou, na legislatura anterior, a Emenda à Constituição nº 26, do ilustre Deputado Miguel Martini.

Por isso, a aprovação desse projeto de resolução é, em suma, a forma mais eloqüente que a base governista terá para informar ao seu sustentado: " Governador, nós o apoiamos, mas esta Casa é do povo. Não é sua. A Constituição tem que ser cumprida, mesmo contra a vontade de V. Exa. ".

Sras. e Srs. Deputados, a Liderança do PFL tem a convicção de que esta Casa saberá se fazer respeitar quando sua dignidade for violenta e brutalmente ferida. Esta Casa saberá se definir quanto à sua vocação: a de ser uma condutora dos ideais dos mineiros, em águas serenas, ou a de ser ancoradouro modorrento da irada ojeriza dos rancorosos.

Esta Casa, Sr. Presidente, terá que se definir nesta 14ª Legislatura quanto à natureza de sua alma, a partir do profético enunciado de Fernando Pessoa, em Álvaro de Campos:

"Ah, que ânsia humana de ser rio ou cais!"

Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Gostaria apenas de fazer um registro em nome da verdade. A nomeação do Governador Itamar Franco para as empresas estatais, autarquias e fundações não foi ao arrepio da lei, conforme o orador afirmou, e sim fundamentado em uma liminar. Diga-se de passagem que quem entrou na Justiça solicitando essa medida cautelar foi o ex-Governador Eduardo Azeredo, e não o Governador Itamar Franco. A verdade tem que prevalecer. Fernando Pessoa foi citado, mas prefiro citar o livro maior, em seu capítulo VIII, versículo 32, de João, que diz: "Conhecereis a verdade e a verdade os libertará".

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, parece que o ilustre Deputado não acompanhou os fatos dos últimos dias. Foi, realmente, questionada a constitucionalidade da emenda, mas já ficou decidido pelo Judiciário que a alínea "d", que exige a arguição prévia dos candidatos indicados pelo Governador à Assembléia Legislativa, prevaleceu. Ela está inserida e em pleno vigor na Constituição do Estado de Minas Gerais.

E, além do mais, não citei apenas Fernando Pessoa; citei também a Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, ao ocupar pela primeira vez esta tribuna, quero dividir com vocês a minha alegria por assumir a vaga de Deputada Estadual. Alegria que compartilho com todas as pessoas que acreditaram em nossas propostas e nos elegeram para aqui representá-las. Pessoas de Betim, Contagem, Belo Horizonte, Esmeraldas e de tantas outras cidades mineiras, as quais chamamos para participar conosco deste mandato e a quem iremos retribuir com nosso trabalho e dedicação.

Quero também agradecer o tratamento atencioso e competente que nos tem sido dispensado pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores desta Casa, bem como os votos de boas-vindas das colegas Deputadas e dos colegas Deputados, em especial à companheira Maria José e aos companheiros Durval, Ivo, Adelmo e Rogério, da Bancada do PT.

Outro fato que me alegra e orgulha é que, sendo a quinta Deputada desta legislatura, passamos a ter, nesta Casa, a bancada feminina, pois atingimos o número mínimo exigido para a existência de uma bancada. E todos nós sabemos da importância que tem a participação da mulher na vida pública. Foi assim em Betim, onde tivemos a oportunidade de acompanhar de perto a administração de Maria do Carmo Lara. Como irmãs, sempre estivemos juntas nas lutas populares. Como Vereadora, pude testemunhar de perto a sua trajetória, que a fez festejada pelo povo como Prefeita e a segunda Deputada Federal mais votada do País em 1998. Uma vivência que certamente irá se refletir nesta nova etapa de nossas vidas e que me faz afirmar que, embora sejamos menos de 10% dos 77 Deputados desta Casa, acima das diferenças partidárias, iremos demonstrar, a partir do Legislativo, a força e a competência da mulher mineira, ao lado dos companheiros homens, pois está provado que, nos momentos mais importantes da vida política do Estado e do País, as mulheres mineiras assumem o seu lugar, indo às ruas e expressando sua indignação e o seu apoio às causas justas. Exemplo disso foi o ato público em favor da moratória do qual participamos na sexta-feira passada. Ocorrida no Palácio da Liberdade, a manifestação teve a presença de diversos parlamentares de dez partidos políticos e de lideranças populares que levaram ao Governador Itamar Franco a sua solidariedade contra o bloqueio que vem sendo imposto a Minas pelo Governo Federal.

Governo esse que, tendo à frente Fernando Henrique Cardoso, tem se especializado em derrubar conquistas sociais. Um de seus últimos golpes atinge diretamente as mulheres trabalhadoras. Trata-se da redução do salário-maternidade, embutida no pacote de ajuste fiscal. O benefício, que antes não tinha limitações, contemplava com o salário integral as trabalhadoras. Agora, passa a ser limitado a R\$1.200,00 por mês, durante 120 dias. Uma medida que discrimina o trabalho da mulher, pois a pune no momento em que ela deveria ter assegurados plenamente os seus direitos.

Fernando Henrique tem sido, também, o responsável por uma das piores crises vividas pelo País. Crise que atinge nossa soberania quando faz os rumos do Brasil serem ditados pelo FMI, ao qual o Governo prontamente se submete, chegando ao cúmulo de deixar que as metas econômicas sejam anunciadas, em inglês, por um dirigente da entidade e que o Banco Central seja dirigido por um auxiliar direto do mega-especulador George Soros: indicativos de que será mantida a política de juros altos - os maiores do mundo -, que produz fome, desemprego e recessão.

Crise que se agrava neste segundo mandato de FHC, conquistado graças a compra de parlamentares para votarem a favor da emenda da reeleição, produz números impressionantes, como os apresentados ontem pela CNBB, que lançou nacionalmente a Campanha da Fraternidade deste ano, tendo como tema "A Fraternidade e os Desempregados". Números que apontam o desemprego recorde e demonstram que o desemprego das mulheres é mais massivo, mais profundo e mais estrutural do que o dos homens, pois com o desaquecimento da economia, cresce a disputa por postos de trabalho, empurrando a mulher para fora de seu lugar no mercado. Um espaço duramente conquistado, ainda que em muitos casos a mulher seja sacrificada com salários inferiores aos pagos aos homens.

Segundo cálculos da CUT, temos hoje 10 milhões de desempregados nas principais regiões metropolitanas. Na Grande BH, dados do DIEESE apontam que o número de desempregados ultrapassa 300 mil pessoas. Isso significa que por trás dos números frios das estatísticas, pais e mães de famílias sofrem com a desesperança e estão feridos em sua dignidade, impossibilitados de garantir para os seus filhos o pão de cada dia. São pessoas que despertam em nós cristãos, a solidariedade, a sede de justiça e a indignação diante da omissão do Governo Federal.

Sobre a Campanha da Fraternidade, oportunamente voltaremos ao tema, durante sessão especial, nesta Casa, a qual está sendo solicitada pelos Deputados Durval Ângelo, Miguel Martini e por mim.

Temos portanto, muitos desafios pela frente. Espero que juntos, possamos todos, homens e mulheres, contribuir através de nossa prática, com saídas para este momento de crise que vive o País, e que possamos todos juntos, um dia, partilhar de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, que Deus nos abençoe e nos ilumine a todos. Muito obrigada.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de aproveitar esta primeira oportunidade que temos de fazer uso da tribuna da Assembléia Legislativa para colocar aquelas que serão as nossas principais preocupações no decorrer de nosso mandato.

Em primeiro lugar, queremos ressaltar que as questões sociais serão tratadas como prioritárias. Assim como fizemos quando administramos a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Durante nossa gestão, construímos 8 creches que se tornaram modelo para o Governo Federal, sendo atendidas 2 mil crianças, na faixa etária de 3 meses a 3 anos, com a melhor alimentação que Juiz de Fora já teve. Elas recebiam atendimento especializado, oferecendo tranquilidade e segurança para que as mães trabalhadoras pudessem cumprir sua rotina fora do lar.

Outra iniciativa que serviu de exemplo, não só para o Governo Federal, mas também para muitos municípios mineiros, foi a instalação do primeiro banco de leite materno de Minas Gerais. As doadoras recebiam da Prefeitura cestas básicas e vales-transporte.

Gostaria de dizer que é importante que eu faça este pronunciamento, fazendo-me conhecer e mostrando que aqui estamos para trabalhar.

Também em nossa gestão foi criado o atendimento sócio- jurídico municipal, o primeiro no Brasil, sendo realizadas mais de 100 consultas por dia, beneficiando pessoas impossibilitadas de arcar com esse tipo de ônus.

Não podemos esquecer ainda o Programa Pró-Criança, que encaminhava adolescentes carentes para trabalhar em empresas da iniciativa privada, recebendo um salário mínimo mensal, sendo a metade desse valor depositada em uma caderneta de poupança, em nome do menor; e, ainda, a isenção do pagamento do IPTU para aposentados e pensionistas que recebiam até dois salários mínimos e meio por mês, medida que visava a resgatar uma parcela de imensa dívida social que o País possui com essa faixa etária da população, tão sacrificada atualmente.

Em segundo lugar, pretendemos, nestes quatro anos que estaremos representando a voz do povo nesta casa, lutar pelos direitos do funcionalismo público, uma categoria que, nos últimos tempos, vem sofrendo com a falta de seriedade com que é tratada.

Pagamentos atrasados, ausências de promoções e ascensões na carreira, falta de investimentos na qualificação profissional, tudo isso somado aos baixos salários vem transformando o servidor público em um profissional desestimulado, o bode expiatório de todas as crises nacionais.

Existe um velho ditado popular que diz que "o Governo finge que paga e o servidor finge que trabalha". Será que essa é realmente a verdadeira situação do Estado?

O que seria da sociedade sem os serviços básicos, como os oferecidos pelos hospitais da rede pública, pela Polícia Militar, pelas unidades de ensino e muitos outros?

Minas possui atualmente mais de 340 mil servidores públicos ativos, estando que a maioria atuando nesses serviços elementares. São pessoas dignas das funções que exercem. Para eles é que iremos concentrar os nossos esforços. Esforços, faço questão de ressaltar, semelhantes aos que realizamos quando, no final de nosso mandato na Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, entregamos a máquina administrativa totalmente organizada, sem dívidas, com o pagamento do funcionalismo público municipal quitado, incluindo a bonificação do 13º e os vencimentos do mês de dezembro.

Outro setor que será priorizado durante o meu mandato é o da saúde. Isso por acreditar que o melhor bem que temos é a saúde; sem ela não somos nada.

Por isso, representando legalmente o nosso povo, temos como obrigação executar ações que visem a promover a saúde da população. E foi com essa mentalidade que transformamos o setor em um dos três pilares de nossa administração.

Construímos 16 postos de saúde em vários bairros, duas policlínicas com atendimento durante 24 horas diárias e reformamos o Pronto Socorro Municipal, dotando-o de melhores condições de atendimento, através de modernização da aparelhagem, contratação de novos profissionais e ampliação de leitos.

Adotamos o método de atendimento do médico de família, priorizamos o tratamento preventivo. Realizamos a doação de medicamentos para a população carente e aplicamos 186 mil doses da vacina contra meningite meningocócica em crianças da faixa etária de 3 meses a 14 anos, o que à época representava a prevenção de um possível surto.

Na educação, a nossa conduta não foi diferente. Aplicamos 43% de toda a arrecadação do município no setor, perfazendo o maior investimento já realizado em toda a história de Juiz de Fora. Um marco que trouxe muitos dividendos para as novas gerações que atualmente já vêm construindo os rumos da nossa cidade.

Na nossa gestão, conseguimos aumentar de 14 mil para 30 mil o número de alunos nas salas de aula. Implantamos pré-escolares em todas as unidades de ensino e construímos o Centro de Educação de Menores - CEM - com o objetivo de fornecer cursos profissionalizantes para os jovens carentes. Construímos ainda 28 escolas, totalizando 560 novas salas de aula, e reformamos outras 18, gerando mais 90 salas.

Poderíamos continuar enumerando milhares de ações que realizamos à frente da Prefeitura de Juiz de Fora, mas acreditamos que a população de outros municípios, assim como a de Juiz de Fora, que teve a oportunidade de nos conhecer melhor através de nossas ações, terá condições de presenciar a nossa atuação no decorrer destes quatro anos.

Queremos trazer a esta Casa, Sr. Presidente, o debate das grandes questões nacionais, tais como desemprego, miséria, fome, inflação e a pesada carga tributária imposta aos contribuintes. Para isso, queremos uma parceria com o Congresso Nacional, através dos nossos Deputados Federais e Senadores.

Acreditamos que Minas será um Estado melhor para se viver quando não houver mais crianças fora das salas de aula, não faltar alimento na boca do pobre e questões como as relativas à miséria, ao desemprego e à fome forem resolvidas.

Para a promoção dessas mudanças, devemos acreditar na enorme força que nós, políticos, temos, força esta construída graças aos inúmeros votos recebidos das pessoas que vêm em nós indivíduos sérios, honestos, capazes de representá-las com honradez e dignidade.

Diz a tradição mineira que os políticos da terra são dotados de enorme paciência, muito argumento, bastante diálogo e um grande sucesso na conquista de seus interesses.

No entanto, Minas tem-se esquecido um pouco de sua trajetória política. Levantar a voz, sim, mas com muita cautela, sem precipitações, visando sempre ao entendimento através do diálogo. Isso não significa curvar-se diante de situações, mas sim demonstrar grandeza e espírito público em favor de um povo que sempre lutou pela sua liberdade.

Nós, mineiros, não queremos mais acordar sobressaltados com as manchetes políticas dos principais jornais nacionais. Não nos interessa mais saber quem é o pai do real ou quem tem razão. Precisamos caminhar com passos seguros na direção do entendimento nacional. Temos uma enorme responsabilidade com o povo que nos elegeu, representamos seus legítimos direitos.

Queremos, nesta oportunidade, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecer aos 50.762 eleitores que confiaram em nós, não só os de outras regiões, como também os da zona da Mata e, principalmente, os de Juiz de Fora, que nos tornaram o Deputado mais votado em uma única cidade. Queremos reafirmar aqui os compromissos assumidos durante nossa campanha: de ser a voz incansável do povo. Muito obrigado.

Que Deus ilumine a mente do Sr. Governador Itamar Franco e a mente do Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e que essa falta de consciência, principalmente com o Estado de Minas Gerais, termine o mais cedo possível. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria, em primeiro lugar, desejar que esta legislatura seja completamente benéfica para o povo mineiro. Aproveito, agora na Liderança do PT nesta Assembléia, para fazer repercutir um tema que julgo fundamental: o problema da renegociação da dívida do Estado com a União, feita pelo ex-Governador Eduardo Azeredo. Essa renegociação tem causado diversas polêmicas tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico. Polêmica que levou o Governador Itamar Franco a decretar moratória, por ausência de condições de pagar essa dívida, e que ultrapassou os limites de Minas Gerais, tornando-se hoje, sem sombra de dúvida, uma polêmica nacional. São vários os Estados que, sabidamente, não têm condições de pagar suas dívidas, por causa de uma renegociação draconiana, que deixou os Estados sem condições de pagar o pessoal e, ainda mais, de fazer investimentos.

Foi com base nesse fato que a Bancada do PT protocolou, no dia 3 de fevereiro, um projeto de lei para o qual pedimos o apoio de todos os Deputados. Esse projeto dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado de Minas Gerais, autorizada pelas Leis nºs 12.422 e 12.731. Nele, propomos a revogação dessas duas leis, que deram condições de o Governador Eduardo Azeredo fazer o contrato de renegociação da dívida com a União. Ao final do Governo Hélio Garcia, o Estado de Minas Gerais tinha uma dívida de, mais ou menos, R\$6.000.000.000,00. Ao fazer a renegociação da dívida, o Governador Azeredo acumulava, em nome do Estado, uma dívida de mais ou menos R\$13.000.000.000,00. Hoje, essa dívida já é de R\$22.000.100.000,00. A velocidade do aumento da dívida nos impõe o questionamento sobre como pagá-la em condições de juros tão altos. É esse o questionamento que fazemos. É claro que, além da má administração do Governo Azeredo, que não conseguiu fazer com que a arrecadação crescesse, também a ação do Governo Federal, uma ação nefasta, que sempre introduziu taxas de juros cada vez maiores, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, faz com que essa dívida se eleve cada vez mais. Portanto, uma dívida que vai se tornando impagável, assim como a dívida externa brasileira, cuja renegociação o próprio Governo Federal propõe, mas sempre sob os ditames da política econômica do Fundo Monetário Internacional.

O Governador Itamar Franco teve a solidariedade do PT ao decretar a moratória, mas, principalmente, ao alertar o País para a necessidade de mudanças na política econômica do Governo Federal. Sem isso, vamos todos para o buraco, porque não há como recuperar o País sob recessão, desemprego, juros altos e, agora, a queda do real, que, na verdade, não é apenas em relação ao dólar, mas uma queda literal da moeda, que já ameaça levar-nos a um processo inflacionário.

Portanto, concordo com o Governador Itamar Franco quando diz que pouco vale encontrar-se com o Presidente da República, pois este sustenta que, para colocar as contas no lugar, é preciso arrochar municípios e Estados. Tanto os municípios quanto os Estados brasileiros encontram-se em situação de penúria, sem capacidade de investimento e sem condições de pagar seus funcionários. Seria muito fácil que o Governador Itamar Franco, ao invés de ter um papel de Governador, tivesse um papel de mero agente da Federação e recebesse os ditames do Fernando Henrique, que, por sua vez, os recebe do Fundo Monetário Nacional. Isso poderia ser fácil, mas às custas de muito sacrifício. Isso significaria, por exemplo, e é o que o FMI quer, taxar os inativos, como se estes fossem culpados pelo rombo, pela dívida externa e pelos juros; demitir funcionários e cortar verbas orçamentárias, evidentemente, da educação, da saúde, do saneamento básico. Seria fácil seguir o conselho de um receituário às custas do sacrifício do nosso povo. Por isso, a moratória decretada por Itamar Franco não é apenas uma medida econômica, mas tem um caráter político por chamar a atenção do País para a necessidade de uma nova política econômica. É necessário, sim, que sejam feitas reformas no Brasil. Falo de uma reforma agrária, que caminha a passos lentos, de uma reforma urbana, de uma reforma tributária e fiscal, que divida rendas, enfim, de uma reforma política eleitoral democrática, que faça com que a participação popular seja efetiva, inclusive com o orçamento discutido, a exemplo dos orçamentos participativos. A partir daí, questionando os juros da dívida externa, possamos investir nas questões sociais, e não enfraquecer o Estado do ponto de vista das suas intervenções sociais. O que faz o Governo Federal é exatamente o contrário, ou seja, fortalecer o Estado no aspecto do capital especulativo e financeiro. Este se fortalece, mas não se fortalece o crescimento do País, da indústria e da produção.

Além de apresentar o projeto, estamos apresentando, em nome da Bancada do PT, o requerimento, para o qual gostaríamos de contar com o apoio dos Deputados, solicitando regime de urgência para esse projeto de renegociação da dívida, projeto este que não tem apenas um sentido político, mas de demonstrar também que o contrato assinado na época, com duas leis em vigor, foi feito à custa de muito sacrifício. Hoje há a impossibilidade desse pagamento. Além disso, ele pode abrir uma porta jurídica para que o Estado possa vir a questionar, e são vários os juristas que dizem isso, inclusive o Procurador Adjunto do Estado, o próprio contrato, retroagindo a revogação da lei àquela época, e mostrando os efeitos nefastos do acordo firmado entre o Governo do Estado e o Governo da União.

Pediria, portanto, o apoio dos Deputados para esse pedido de urgência na apreciação desse projeto. Estiveram reunidos hoje os Líderes que dão sustentação ao Governo Itamar Franco e a Mesa da Assembléia. Nessa reunião, toquei no assunto, e o Governador ficou incentivado, e solicitou às Lideranças do Governo uma agilização no sentido de que esse projeto possa ser logo aprovado, para que possamos demonstrar, do ponto de vista jurídico e político, a necessidade de uma renegociação séria da dívida, saindo dos ditames que o Fundo Monetário quer impor ao Governo de Minas.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Agradeço-lhe Deputado Rogério Correia, mas gostaria de lhe dizer o seguinte: se V.Exa. insistir em me chamar de Amílcar Viana, vou chamá-lo de Rogério Batista.

Gostaria de cumprimentá-lo, quando da sua primeira intervenção nesta Casa, nós que fomos colegas na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, mas gostaria de cumprimentá-lo por uma razão maior:

V. Exa. e sua bancada estão se saindo muito bem nesse papel de "neo-itamaristas". É um papel novo que o PT está assumindo agora na Casa; é uma experiência nova para o PT aderir a um projeto de Governo que parece bastante diferente da sua proposta. Mas, de qualquer maneira, os companheiros e militantes do PT estão cumprindo essa nova experiência com muita galhardia, no momento em que a população brasileira, Governadores do PT, como o Zeca que está hoje nos jornais, e companheiros do PMDB do Governador Itamar Franco não agüentam mais essa pirraça, essa chatice que virou a questão do Governador com o Presidente da República, querendo disputar espaço na mídia, numa situação de confronto enfim que não interessa a Minas Gerais e ao Brasil. E V. Exas. do PT cumprem com galhardia esse papel.

Queria apenas esclarecer algumas questões sobre a negociação da dívida, que me parecem extremamente importantes para todos os companheiros Deputados e Deputadas da Casa.

Na verdade, a negociação da dívida foi igual para todos os Estados brasileiros. As circunstâncias e condições de negociação foram as mesmas, obedecendo-se rigorosamente o princípio de isonomia. E a negociação da dívida, como reconhece o próprio Governador Itamar Franco, foi favorável, sim, aos interesses de Minas Gerais. Até a negociação da dívida, como V. Exa. se lembra muito bem, o Governo de Minas Gerais estava pagando juros de "overnight", juros de mercado que chegaram a 42%. No entanto, a partir da negociação, eles retroagiram a de 1996, para 7,5%. Só com esse fato os cofres de Minas Gerais fizeram uma economia de R\$5.000.000.000,00.

Gostaria, finalmente, para ser breve, de lembrar a V. Exa., já que vamos ter oportunidade de discutir muito, ainda, essa questão da negociação da dívida, que o Governador Eduardo Azeredo em hipótese alguma pode ser responsabilizado por essa dívida do Governo de Minas Gerais. Como V. Exa. sabe, o principal responsável por essa dívida foi o Vice-Governador, hoje seu companheiro, Newton Cardoso, quando Governador de Minas. Ele foi o responsável por 40% da dívida atual do Governo. De maneira alguma o Governador Eduardo Azeredo pode ser responsabilizado por essa dívida que não assumiu. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, nobre Deputado Amílcar Martins, pelo seu aparte longo. O Deputado devia ter-se inscrito, mas, em todo caso, agradeço o aparte.

Na verdade, o acordo foi ruim para o conjunto dos Estados e não somente para Minas Gerais. É exatamente por isso que vários Governadores de Estado, incluindo alguns de Situação, em relação ao Fernando Henrique, propõem-se a fazer uma renegociação. Mesmo os que não são Governadores de Oposição questionam a dívida feita pelos seus antecessores e afirmam sua incapacidade de pagamento. Em todo momento em que se reúnem, os Governadores são unânimes em pedir uma renegociação. Portanto, o Governo Fernando Henrique foi draconiano com o conjunto dos Estados e municípios.

A política hoje, Deputados e Deputadas, é muito clara: enxuga-se nos Estados e municípios e quebra-se o pacto federativo, no qual municípios e Estados têm que ser servis ao Governo central da União, portanto, inexistindo Federação. E muitos fazem o que fez o Governador Eduardo Azeredo durante quatro anos, quando saía de pires na mão para pedir esmola ao Governo Federal e aquiescência para tudo que era feito no Estado, sem a menor capacidade de reação. Ele foi até mais exagerado que outros. O Governador Mário Covas, em algumas horas, tinha ímpetos de reagir às políticas draconianas de Fernando Henrique. Eduardo Azeredo, não. Sempre foi servil, absolutamente acomodado à sua atuação de síndico de Minas Gerais, e não de Governador do Estado.

E é por isso que ele assinou um contrato que permite à União, até hoje, lançar mão de recursos do Estado, tanto recursos de repasse como recursos próprios, como o ICMS e o IPVA. Portanto, é um contrato que, no mínimo, precisa ser revisto, por ser caro ao erário e prejudicial ao Estado de Minas Gerais.

Gostaria de iniciar esse debate. O projeto de lei é uma parte importante desse debate político que vamos travar aqui. Já que o tempo está esgotado, peço mais uma vez o apoio do conjunto de Deputados, tanto ao projeto de lei quanto ao requerimento de hoje, para tratarmos isso em regime de urgência. Muito obrigado.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público e imprensa presentes a esta sessão da Assembléia Legislativa, gostaria de, primeiramente, dar as boas-vindas a todos os colegas, aos novos Deputados. São novos Deputados, mas todos reconhecidos e já com um trabalho para a sociedade de Minas Gerais. Quero dar as boas-vindas a todos. Espero que nesta legislatura possamos dar, juntos, uma grande contribuição à sociedade de Minas Gerais. Esse é o meu desejo para essa nossa legislatura, em que estaremos aqui, juntos.

Nesta tarde, gostaria de começar a tratar de um assunto, porque penso que ele não se esgotará hoje; por vários dias ainda, infelizmente, estaremos acompanhando-o. Temos muitas coisas a tratar, mas infelizmente trataremos de uma questão muito delicada: os dois contratos assinados pelo DER-MG com a BR-Distribuidora.

Gostaria de voltar um pouco no tempo para dizer que no dia 8/2/99 a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Asfalto impetrou uma ação questionando os contratos, e foi conseguida liminar pelo Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, o MM. Juiz Carlos Barros, suspendendo um dos contratos feitos pelo DER com a BR-Distribuidora. Em 1998, no outro Governo, o DER firmou um contrato com a BR-Distribuidora para fornecimento, transporte e aplicação de asfalto. A mesma ação denunciou a irregularidade pela falta de licitação. O Juiz Antônio Sérgio dos Santos suspendeu o contrato por falta de licitação. O Governo, então, cancelou o contrato e publicou o edital de licitação, prevendo a abertura das propostas no dia 8/2/99. No dia 8/1/99, o DER e a BR-Distribuidora assinaram os dois contratos, um de fornecimento de transporte de asfalto e outro de transferência de tecnologia. O DER imediatamente cancelou o processo licitatório iniciado no Governo anterior e publicou os dois contratos no dia 27 de janeiro. O cancelamento se dá, então, na visão do DER, por motivo de ordem administrativa.

Ora, a Lei nº 8.666, de 1993, sancionada pelo então Presidente Itamar Franco, a qual veio em muito boa hora, veio para moralizar as compras em órgãos públicos. Em seu art. 57, essa lei prevê a licitação das compras, hoje, acima de oito mil e poucos reais. Não podemos nos aprofundar muito nos contratos, porque são vagos; esperávamos que fossem contratos que tivessem, de alguma forma, o cuidado de descer a minúcias, mas são contratos vagos.

Nesses contratos firmados pelo DER com a BR-Distribuidora, o atual Presidente da CEMIG, Djalma Morais, assina em nome da BR-Distribuidora.

Existem algumas questões nesses contratos que nos trazem uma grande preocupação. O contrato trata do transporte e do fornecimento de asfalto e emulsões asfálticas. Seu valor é de R\$73.850.000,00. Receberei hoje, porque os advogados vão entrar com dois mandados de segurança. Amanhã ou na próxima semana estaremos novamente na tribuna para mostrar os passos do que está acontecendo. Dois mandados de segurança serão impetrados hoje. Já temos os números do mesmo contrato feito com o Estado de São Paulo e a relação dos dois contratos. O superfaturamento do valor devido para Minas Gerais é de 87% em relação ao valor devido para o Estado de São Paulo. Além disso, existem outras coisas que nos impressionam nesse contrato. Por exemplo, ele trata da contratação de empresa para transporte dos produtos de responsabilidade exclusiva dela mesma. Segundo ele, a BR-Distribuidora é responsável pela contratação de uma transportadora para fazer esse transporte; os fretes dos produtos serão fixados e reajustados conforme tabela do DER-MG em vigor na data do faturamento, considerando os descontos de 10%; o DER pagará à contratada os preços unitários constantes nos anexos; os reajustes para os materiais betuminosos terão índice idêntico ao impacto e à majoração das fontes produtoras. Mas quais? Qual é o índice? É dólar? Quais os índices que serão praticados? Esse contrato não trata disso. Ele diz que serão processados pelo DER medições parciais, quinzenais, com prazos para pagamento até o vigésimo dia subsequente ao dia da medição; que a remuneração pelo atraso de pagamento decorrente do fornecimento efetuado será balizada por legislação específica e aplicável ao objeto contratado. Qual legislação específica?

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pela escolha do tema. Acho muito importante V. Exa. trazer à tona um assunto que já foi amplamente divulgado pela imprensa do Estado, através dos jornais, mas que ainda não teve a oportunidade de ser discutido, pois esta é a primeira reunião da Assembléia

Legislativa.

Gostaria de sugerir, se V. Exa. permitir, que passássemos a usar uma prerrogativa que, durante os quatro anos em que estou aqui como Deputado Estadual, poucas vezes vi esta Casa ou a Comissão de Fiscalização Financeira exercerem; apesar de terem essa prerrogativa, não sabem usá-la - que é ter qualquer um de seus membros, da própria comissão ou delegado, na abertura de licitações, principalmente como testemunha em contrato dessa natureza.

Justifico a minha proposta, Deputado João Leite, baseado numa comissão que o Congresso instituiu só para acompanhar as licitações do Governo Federal. Pergunto: Em que época qualquer um dos Deputados aqui presente esteve na abertura das propostas de licitação pública? As coisas acontecem independentemente da presença de um Deputado. E olha que somos um Poder que deve e tem a obrigação de fiscalizar as contas do Governo do Estado. Então, gostaria de sugerir que V. Exa. encaminhasse, através de um requerimento, ou mantivesse um contato com as comissões permanentes tão logo elas sejam constituídas, para que a Comissão de Fiscalização Financeira possa passar a adotar essa prática, possa estar presente em todas as aberturas de licitações do Governo do Estado e trazer para si a responsabilidade de analisar propostas, episódios dessa natureza, envolvendo toda a estrutura do Poder Legislativo, para que possamos cumprir fielmente a nossa obrigação, que é fiscalizar as contas do Governo do Estado.

O Deputado João Leite* - Agradeço a contribuição do Deputado Carlos Pimenta. Não há dúvida de que merecemos usar a estrutura da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para termos condições de conhecer mais sobre esses contratos e sobre os que serão firmados no futuro. Esse contrato é urgente. No dia 8 de janeiro, ele já estava pronto, dispensada a licitação. O Deputado fala em licitação. Esse não tem licitação. Trata-se de um contrato para 60 meses, que fere a lei. Estou de posse dessa lei, sancionada pelo Governador Itamar Franco, à época, Presidente. O próprio Juiz aponta, quando acata a liminar, uma irregularidade no prazo de vigência do contrato, ou seja, de 60 meses. Ele afirma que o prazo do contrato fere o art. 57 da Lei nº 8.666, de licitações públicas, que passou a vigorar em 1993. Essa lei foi iniciativa do então Presidente, Itamar Franco. Esse artigo determina que os Governos não podem firmar contratos com prazo superior à dotação orçamentária. Nem sabemos qual será o orçamento dos próximos anos, mas esse contrato já prevê que abocanhará uma parte do orçamento. Isso é totalmente contra toda a legislação. Então, esse é um contrato, sem dúvida, lesivo ao Estado de Minas Gerais.

Quero falar, rapidamente, a respeito do outro contrato. Trata-se do contrato de convênio de cooperação para transferência de tecnologia, celebrado entre a Petrobrás, BR-Distribuidora, e o DER-MG. A imprensa tem informado que o Secretário de Obras disse que a BR Distribuidora é estatal. Isso não é verdade. Ela é uma empresa de economia mista, como mais 23 distribuidoras de asfalto no Brasil, que precisam fazer parte de uma concorrência. Por que contratar somente a BR Distribuidora, como foi assinado pelo agora Presidente da CEMIG, Djalma Morais.

Com a maior alegria, concederei um aparte ao nosso combativo Deputado Durval Ângelo, assim que terminar de ler os termos desse contrato.

Esse contrato fala em rejuvenescimento do asfalto e de planilhas. O DER-MG compromete-se a assegurar à distribuidora o acompanhamento da execução dos serviços referidos. Esse contrato traz muitas obrigações ao DER-MG e a transferência de tecnologia, sem a vinda de um técnico da BR Distribuidora para ensinar a sua utilização. O mais grave é que se trata de um contrato de R\$59.215.100,00 e que, pelo mesmo convênio, a Prefeitura de São Paulo não paga nada, é um serviço gratuito. Minas Gerais pagará R\$59.000.000,00 por essa transferência de tecnologia, que para a Prefeitura de São Paulo não custa nada. Amanhã, o terei em mãos, porque, hoje, os advogados estão dando entrada a um mandado de segurança contra o DER-MG, contra o Governo do Estado de Minas Gerais. Terei em mãos esse documento da Prefeitura de São Paulo, através do qual ela celebra um convênio gratuitamente, para a transferência de tecnologia, que para nós custa R\$59.000.000,00. Ora, o valor da conta total que o Estado está pagando é de R\$133.000.000,00. Para São Paulo, essa transferência é gratuita, mas para nós custa R\$59.000.000,00. O Governo Federal reteve R\$88.000.000,00, e estamos gastando com esses dois contratos R\$133.000.000,00. Ora, precisamos de transparência. Há várias outras questões a serem tratadas. Se o Presidente permitir, gostaria de conceder um aparte ao Deputado Durval Ângelo, antes de encerrarmos.

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte)* - Nobre Deputado, acho que V. Exa. e a Bancada do PSDB têm razão em propor uma CPI para apurar se houve irregularidades ou não. Isso faz parte do jogo democrático, apesar de não termos conseguido no Governo anterior ter as 26 assinaturas para instalar a CPI da CEMIG. Quero louvar a vigilância, e o próprio Governador Itamar Franco afirmou que deseja que a Oposição, nesta Casa, cumpra o seu papel constitucional e alerte o Governo. Só que V. Exa. deveria, em primeiro lugar, fazer um reparo histórico: toda argumentação baseada na Lei nº 8.666 é, no mínimo, uma argumentação incoerente da Bancada do PSDB, porque, quanto à questão do preço, vamos apurar, mas quanto à questão do processo, da forma como foi feito, era o mesmo procedimento que o DER-MG teve durante os quatro anos do Governo anterior. Era uma empresa estatal, a PETROBRÁS, e um órgão público. E aí se requisitava a compra do asfalto dessa empresa estatal com a compreensão de que a licitação era dispensada. Vamos apresentar os contratos anteriores dos quatro anos do Governo Azeredo, e V. Exa. poderá perceber que a contradição está presente nessa questão.

O Deputado João Leite* - Quero terminar meu pronunciamento dizendo que, se há erro nos contratos anteriores, as pessoas que erraram têm de ser punidas, independentemente de partido. Havia um contrato firmado em Governos passados de dez anos e, como disse no início, a partir de novembro havia uma licitação que este Governo cancelou. Então, queremos transparência.

O Deputado João Batista de Oliveira (Em aparte)* - Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer algumas palavras ao Deputado João Leite.

Nobre Deputado, acompanhei atentamente o seu pronunciamento e acho que o papel do Legislativo é esse mesmo, e queria cumprimentá-lo por isso. Mas, pelo seu pronunciamento, se para a Prefeitura de São Paulo é gratuito e para Minas Gerais custa R\$59.000.000,00, e a BR Distribuidora está nas mãos do Governo Federal, acho que temos de interpretar isso como mais uma retaliação do Governo Federal contra o povo de Minas.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, queria apenas dizer que o contrato celebrado entre o DER-MG e a BR Distribuidora foi assinado pelo Sr. Djalma Morais, que é o Presidente da CEMIG, hoje.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, ilustres Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, faço coro com os Deputados que hoje se pronunciaram para dar boas-vindas a todos os colegas e dizer que realmente a nossa expectativa é que esta legislatura seja profícua e possamos trabalhar para a melhoria das condições de vida do povo mineiro.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é desnecessário argumentar e solicitar a compreensão para a gravidade do momento em que vivemos. Solicitamos o comparecimento dos Srs. Secretários para que possamos atualizar as informações. Acompanhamos a comissão de transição e vimos que tínhamos dificuldade em obter todos os dados a respeito das finanças públicas do Estado de Minas Gerais. O momento é propício para que esses Secretários possam informar a nós, Deputados, e debater conosco a real situação em que se encontram as finanças do Estado de Minas Gerais. Por isso, solicito aos Deputados que aprovelem esse nosso requerimento. Falo em meu nome e em nome dos Deputados João Paulo e José Milton, que juntamente conosco subscritam esse documento.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, sou favorável à idéia do Deputado Márcio Cunha de trazer as informações importantes e devidas à Casa Legislativa.

Só gostaria de argumentar e solicitar do Deputado tempo suficiente para constituir as nossas comissões permanentes e, nas comissões, tempo suficiente para ouvir cada Secretário.

Não vejo forma de operacionalizar a vinda de quatro Secretários na próxima semana, em Plenário, para fazermos essa discussão e obtermos as informações necessárias.

Para que a Casa possa aproveitar mais a vinda dos Secretários, o foro adequado são as nossas comissões permanentes, onde se encontra a alma desta Casa. Nós, Deputados, fazemos questão de dar todo o respaldo e toda a importância às comissões permanentes, onde se verifica a discussão plena dos problemas do Estado de Minas Gerais. Solicito ao Deputado Márcio Cunha que aguarde a constituição das comissões. Acredito que na terça-feira, salvo engano, o Presidente deverá ter em suas mãos a indicação dos nomes e a eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes de cada comissão. Depois disso, poderemos convidar essas autoridades, não só os Secretários citados, mas também convidar os Secretários da Saúde, de Ciência e Tecnologia, da Cultura e de Agricultura. Aí poderemos travar uma discussão ampla, benéfica e salutar para o Poder Legislativo.

O Deputado Márcio Cunha (Em aparte) - É exatamente para permitir que todos os Deputados possam participar, ser informados, debater, constituir juízo a respeito das questões vividas que solicitamos que fosse feito em Plenário.

Argumenta ainda o nobre Deputado Carlos Pimenta que presidiremos uma das comissões temáticas desta Casa. Faço um compromisso com ele, e quero crer que todos os outros Presidentes possam também fazê-lo, de que esse assunto será debatido também nas comissões. Mas é de fundamental importância, neste momento, que tenhamos uma real compreensão dos fatos e da situação, para que possamos, todos juntos, irmanados em um espírito hoje comum a todos os Deputados, encontrar, juntamente com o Governo, soluções para esse grave momento que vivemos. Nesse sentido é razoável e pertinente que tal debate seja travado aqui, na Assembléia Legislativa. Cuidei também, Deputado Carlos Pimenta, para que esse debate fosse limitado ao Plenário da Assembléia.

Concluindo, Sr. Presidente, é evidente que tanto eu quanto os Deputados João Paulo, José Milton e outros consideramos conveniente que tal debate se processe dentro deste Plenário, em uma das reuniões ordinárias. "Data venia", todos os Deputados poderão fazer parte e ser esclarecidos a respeito dessa situação financeiro-econômica do Estado.

O Deputado Miguel Martini* - Gostaria, diante deste requerimento apresentado pelo Deputado Márcio Cunha e outros, de fazer uma observação sobre o real papel do Poder Legislativo. Quem defende o Poder Legislativo somos nós, parlamentares, que recebemos a delegação do povo mineiro para cumprir o nosso mandato. Não é possível começarmos mal este novo mandato. Há aqueles que querem se aproveitar de uma situação e fazer um momento político, e esta Casa não pode ficar endossando todas essas ações. Esta Casa, logicamente, tem o dever constitucional de convocar toda a autoridade pública para que venha aqui e preste as informações que a Casa julgar necessárias. Quando o Executivo tiver o interesse de trazer tais informações, deverá solicitar uma oportunidade para tal, e esta Casa, no tempo oportuno, fará a audiência. Não é possível que alguém queira realmente obter informações apresentando um requerimento que pede a presença de seis ou oito Secretários, ao mesmo tempo, no Plenário desta Casa. Assim, será impossível obtermos as respostas que desejamos. Se alguém, de maneira consciente e séria, quer fazer o debate, buscando o esclarecimento e a transparência, deve procurar outro processo. Convoco os Deputados a não aceitar esse jogo de briga de Executivo com partidos, etc. Somos uma Casa Legislativa, um Poder, e temos de zelar por nossa independência. Se alguém quiser vir aqui prestar esclarecimentos, que o faça na Comissão pertinente. Se o assunto for sobre a administração pública, temos uma comissão destinada para tal. Temos 14 Comissões, e se elas não forem suficientes, poderemos criar mais. Entretanto, não podemos permitir que aproveitem este momento para vinganças pessoais. Esta Casa tem de dizer não. O momento agora exige de nós, parlamentares, serenidade, independência e, acima de tudo, consciência de nosso dever. Não podemos permitir que este Poder Legislativo seja vilipendiado no seu papel, desrespeitado e usado como massa de manobra para vinganças pessoais.

Isso, não aceito, e votarei contrariamente ao requerimento, da forma como foi apresentado, e a favor da convocação de qualquer um para prestar esclarecimentos nas comissões, não para nelas derramar vinganças pessoais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Parabenizo o Deputado Miguel Martini pela lucidez com que apresentou sua posição, e também as Bancadas do PFL e do PSDB, que, fazendo oposição, estão ajudando o povo mineiro e o Governo Itamar Franco. Precisamos de uma oposição sadia e inteligente, e não de uma oposição completamente desinformada a respeito dos números e da verdadeira situação do Estado.

Um Deputado da estatura do João Leite, pessoa inteligente, quer instaurar uma CPI, questionando um contrato firmado entre o DER-MG e a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás. Considero a iniciativa da maior importância, pois essa é uma das formas de trazer ao Plenário desta Casa as informações a que o povo não tem acesso. Nós, parlamentares, temos obrigação de levantá-las e de repassá-las à sociedade. Mas, ao mesmo tempo, vem o Deputado Amílcar Martins debitar dívida na conta de alguém que mal assumiu o Governo... Ora, não estou entendendo mais nada!

Gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que qualquer um de nós que suba à tribuna para cobrar da administração o faça com inteligência e baseado em informações fidedignas. Isso, certamente, evitará que se passe para a sociedade mais dúvidas do que ela já tem.

O que aconteceu com o contrato do DER-MG com a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás? Por que foi esse o último ato de Djalma Moraes naquela empresa? Foi porque o DER-MG não tinha crédito de um centavo. Deve, atualmente, R\$10.000.000,00 à Petrobrás, e, se não fosse o atual Presidente da CEMIG, o DER-MG não teria estoque para socorrer as estradas intransitáveis e esburacadas que o ex-Governador do Estado deixou de herança, não para Itamar, mas para o povo deste Estado.

Em caráter de urgência, há, sim, embasamento legal para essa estatal fazer o convênio sem concorrência. A lei o ampara.

Como vêm, é preciso trazer a esta Casa todas as informações possíveis. Não queremos, de maneira alguma, cobrar o que não é devido. Não queremos deixar de apoiar as Bancadas do PFL e do PSDB em suas questões. Particularmente, agrada-me a atitude desses parlamentares. É preciso questionar e fazer oposição sadia, mas o que lhes peço é que se munam de mais informações a respeito do que vierem falar neste Plenário. Acusar é fácil. É preciso, porém, trazer a realidade para ser discutida entre todos.

Assim é, caro Deputado João Leite, que reafirmo que, se não fosse o Sr. Djalma Moraes, o DER-MG não teria uma gota de CL-30, de emulsão e dos derivados do petróleo para restaurar e tapar os buracos das estradas mineiras.

Aproveito o momento para sugerir aos colegas que façamos uma grande corrente para firmar a oposição de que tanto precisamos, pois Situação e Oposição, juntas, podem promover o bem-estar de um povo.

Tenho certeza de que o Governador e os partidos que o apóiam se sentirão eternamente gratos à oposição sadia e bem-informada que aqui se apresentar.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de pedir adiamento de votação exatamente baseado nas palavras do nobre Deputado Miguel Martini porque nesta Casa temos as comissões temáticas organizadas. No momento não dispomos nem dos nomes dos Deputados que vão compô-las. Elas são consistentes, fazem um trabalho de apoio valioso nesta Casa, sendo o fórum inicial, o fórum verdadeiro para se iniciar a discussão e travar conhecimento do conteúdo de todas as matérias. Até porque o próprio Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aduato, também reafirmou que a sua condução à Presidência desta Casa atendia inicialmente não à continuidade, mas à renovação. E, mesmo na continuidade, o Presidente anterior sempre deu a maior ênfase, em seus dois mandatos anteriores, para reforçar o trabalho das comissões. Não é em Plenário, baseado na lógica, no raciocínio organizado, que teremos o melhor fruto e poderemos assimilar da melhor maneira possível a presença de um Secretário. É baseado nisso que gostaríamos de apelar para o Plenário, para os companheiros, para que se desse um tempo, a partir de terça-feira, quando conhecermos os parlamentares que compõem as comissões temáticas, para, então, numa outra oportunidade, votarmos esse requerimento do ilustre Deputado Márcio Cunha.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Sr. Presidente. Entendendo esse processo, muito bem feito na Casa, de valorização das comissões, considero também serem o espaço em que devam ser tratadas essas questões. Gostaria de dizer, relativamente à questão levantada pelo Deputado Paulo Pettersen, que apenas uma delas custa R\$59.000.000,00 para Minas Gerais, e se trata apenas de transferência de tecnologia uma vez que nem estou me referindo a material. E a outra, que já foi suspensa pelo Juiz, acatando liminar, custa R\$73.000.000,00 para os cofres de Minas Gerais. São R\$73.850.000 para tapar buraco.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, nada melhor do que um dia após o outro. O fervoroso discurso dos tucanos, que têm à frente do Governo deste País o Sr. Fernando Henrique Cardoso, fazendo esse enorme bem à população, gerando emprego, desenvolvimento, autonomia e respeito pelos Estados, é algo realmente defensável.

Fiquei mais admirado ainda - nada melhor que um dia após o outro, repito - com a intervenção do colega e amigo Deputado Miguel Martini, fazendo um discurso - e aí quero me dirigir aos Deputados novatos - de resgate das comissões, dizendo que lá ocorre o debate importante e não aqui, neste Plenário. Mas, em dezembro, este mesmo Plenário recebeu o Sr. João Herald, Secretário da Fazenda, para que prestasse alguns esclarecimentos. Esse procedimento foi possível no Governo passado e não o é no atual? Trata-se de uma rãde contradição e de um argumento que não se sustenta. Nós sempre tivemos, Srs. Deputados novatos, como procedimento normal, todas as questões fundamentais e mais importantes sendo discutidas no Plenário. O Plenário é um espaço maior de discussão e está acima das comissões. E por que não foi indicado esse debate em uma comissão? Porque não existem comissões ainda. A não ser que o Deputado Miguel Martini, com toda a revoadada de tucanos, não queira ser esclarecido sobre a verdade do Estado. Será que o povo de Minas Gerais não tem o direito de saber que, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, o Sr. Eduardo Azeredo passou a mão no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental?

Será que as Prefeituras do Norte de Minas, do Sr. Carlos Pimenta, não estão preocupadas com a perda de recursos do FEF por três meses, os quais foram usados para pagar dívida de campanha, Deputado Carlos Pimenta? Será que as Prefeituras do Norte estão se sentindo bem representadas e não querem um esclarecimento sobre para onde foi o dinheiro da educação? Será que também as Prefeituras e os Vereadores ligados ao Deputado Miguel Martini não querem um quadro das finanças do Estado? Por que devemos temer a verdade, as informações, o círculo de discussão? Por quê? Se os Deputados têm uma posição contrária, que façam o contraditório em Plenário, que façam o contraditório aos três Secretários em Plenário.

Não entendo isso. Medo do debate? Medo da discussão? Mudou, de dezembro passado, do Governo tucano, para janeiro e fevereiro deste ano, para o Governo do Sr. Itamar Franco? Pelo menos a coerência faz bem não à política, mas à alma.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Com a permissão de V. Exa. e pela amizade pessoal que tenho com o Deputado Martini, poderia deixá-lo pronunciar-se primeiramente, mas não o faço, nobre Deputado, porque também quero aproveitar o ensejo para explicar uma questão do meu requerimento, que - parece - ficou ininteligível.

O meu requerimento fala da convocação de três Secretários e da Procuradora-Geral do Estado, e não de oito Secretários, como entendi que V. Exa. teria dito. Assim, gostaria de esclarecer isso ao Plenário: relacionamos os Secretários da Fazenda, do Planejamento e da Educação e a Procuradora-Geral do Estado. Tal requerimento vem assinado por mim, pelo Deputado João Paulo e pelo Deputado José Milton.

Agora, encaminhando a votação do requerimento do nobre Deputado Hely Tarquínio, gostaria de dizer o seguinte: não estou entendendo realmente a posição, nesta tarde, da Bancada do PSDB nesta Casa. Na verdade, deveria ter dado esse requerimento para eles assinarem, porque - quero crer -, neste momento, farão oposição. Eles é que deveriam estar convocando os Secretários para prestar esclarecimentos.

Mas, "data venia", o momento é oportuno. Muitos de nós, que temos fé pública, obviamente, ao nos pronunciarmos em nossas comunidades, nos municípios que representamos, somos argüidos sobre uma série de questões para as quais não temos a exatidão das respostas. E é nesse sentido que encaminhamos o requerimento. Foi pensando exatamente no conjunto dos Srs. Deputados que solicitamos que fosse a Plenário, e não às Comissões.

Insisto nisso. Eu, delegado e escolhido pelo meu partido, vou presidir uma das comissões temáticas. Portanto, para mim é fácil, na comissão que presidir, convidar alguns dos Secretários ou até todos. Aliás, seria muito mais fácil, muito mais simples.

Mas fi-lo exatamente pensando no conjunto dos Srs. Deputados. Acho que a questão já está posta e agora já não adianta. Gostaria de insistir em que não haja o adiamento dessa discussão e que aproveemos esse requerimento hoje, porque ele é importante. A Assembléia precisa debater, precisa ter o conhecimento exato da situação com a qual iremos conviver.

O Deputado Miguel Martini* - Sr. Presidente, gostaria de lembrar a todos os senhores parlamentares que o meu partido é o PSN e a minha intervenção deu-se muito mais pela preocupação que tenho em fortalecer o Legislativo do que por questões partidárias de "A" ou "B". Voto favoravelmente se a convocação for de maneira que um Secretário, por vez, compareça ao Plenário, para prestar esclarecimento, porque, assim, será possível que façamos a argüição e ele apresente dados e possa ser contestado. Não concordo em trazermos três Secretários, como disse muito bem o Deputado Márcio Cunha, mais a Procuradora do Estado, para, juntos, falarem sobre o assunto que queremos esclarecer, porque, assim, não haverá esclarecimento coisíssima nenhuma. É contra isso que estou-me colocando, é contra esse fato, que seria apenas um fato político, que esta Casa não pode concordar. Quanto à argüição pública, todas as CPIs que achar que devem ser instaladas aqui, assinarei. Quem age corretamente não tem o que temer, e, se há alguma coisa errada, queremos saber. Não tenho nenhuma preocupação de estar omitindo ou retardando informações que devam ser prestadas para a sociedade, mesmo porque o papel desta Casa é o de fiscalizar, e queremos fazê-lo. Mas, com quatro pessoas ao mesmo tempo e este Plenário com 77 Deputados, não vamos avançar em nada, não vamos saber nada, vai ser apenas uma briga política, e esta Casa não pode ficar sendo instrumento para rixas, pois tem o papel constitucional de fiscalizar, de obter as informações. Então, deixo muito claro, Deputado Durval Ângelo, que o meu posicionamento é querer esclarecimentos, sim. Se um por vez vier ao Plenário, ótimo! O que não aceito é votarmos para virem os quatro de uma só vez, porque é um engodo, é só para sair na mídia, e não vamos esclarecer coisíssima nenhuma. Mas acredito que, na comissão temática sim, dependendo da comissão, com cinco ou sete parlamentares, todos os outros parlamentares que entenderem do assunto ou tiverem interesse poderão participar também, fica um fórum mais específico, e isso, objetivamente, renderá para a sociedade informações reais. Esse é o meu posicionamento. Então, mais uma vez, deixo muito claro: não sou contra, sou a favor. Sou contrário a que venham quatro, apenas para fazer "mise-en-scène".

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Serei rápido, Sr. Presidente, mesmo porque precisamos fazer a votação do requerimento. Apenas me estranha o fato de ser a Bancada do PSDB, que deveria ser a primeira a estar convocando os Secretários para o debate político. Acho até que deveríamos pensar em fazer outro requerimento, convocando o ex-Governador Eduardo Azeredo; o ex-Secretário da Fazenda, João Heraldo, e outros, para explicarem a situação em que deixaram o Estado. É a solução que, realmente, gostaria de ter. Estranha-me o fato de os Deputados do PSDB não quererem esclarecer esse fato com os atuais governantes. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, longe de mim querer causar polêmica. Acho que a proposta do Deputado Márcio Cunha é importante, mas deve ser discutida no fórum adequado.

Encaminhamos um requerimento nesse teor porque estamos dando tempo ao Governo. Até agora, não há nenhuma ação administrativa. O Governo não começou efetivamente o seu trabalho administrativo no Estado. Queremos saber o que está acontecendo na Secretaria de Administração, queremos saber sobre as inúmeras demissões que estão acontecendo. Estava esperando que tivéssemos pelo menos algumas condições, que tivéssemos as comissões constituídas. Não estamos fugindo ao debate. Eu, pessoalmente, não tenho nenhum interesse em tapar o sol com a peneira. Não participei da administração passada, sempre exercendo o meu mandato neste Plenário livremente. Não temos a experiência da oposição, como a tem o Deputado Durval Ângelo, hoje membro da Mesa. A nossa oposição não será tão acirrada quanto a do PT, mas tranqüila, consciente e vigilante. Aliás, não tenho nem interesse em brigar com o Deputado Durval Ângelo, porque temos a esperança de vê-lo reforçando o time da Oposição nesta Casa.

Estamos solicitando o adiamento de votação, para que nós possamos sentar com o Deputado Márcio Cunha e explicar-lhe alguns procedimentos, pois parece que ele ainda não se familiarizou com o Regimento Interno, com os nossos procedimentos. Queremos, dentro de uma convivência harmoniosa, importante tanto para a Oposição quanto para o Governo, dialogar. Pediria aos nobres companheiros que dessem um tempo, porque, na terça-feira, vamos constituir as comissões. Depois disso, se não for o fórum adequado para ouvir o Sr. Secretário, poderemos convidá-los, um por um, para debater, discutir, enfim, dialogar. Isso é importante para nós. Não quisemos fugir ao debate. Não fizemos essa proposta, porque achamos que o momento não é adequado. Esperamos que as comissões permanentes da Casa sejam constituídas.

A Deputada Elbe Brandão* - Sou favorável a que cada Secretário compareça separadamente, para que realmente possamos ter um debate maduro e consistente. Agradecemos ao Líder do PT pelo reconhecimento, quando ocupou a tribuna e igualou o Governador a um síndico de prédio, que também tem importante função. Ele retorna, agora, respeitando a figura de um homem público correto e companheiro nosso, sim.

Gostariamos que o Secretário do Planejamento atendesse dois requerimentos encaminhados por nós, solicitando ao Presidente em exercício, que é norte-mineiro, que também aqui venha, trazendo um relatório da situação real da seca no Norte de Minas Gerais, que está levando muitos mineiros a uma situação deplorável, pois temos uma última parcela da Frente Produtiva de Trabalho que não foi paga. Lembro a esta Casa que cada região tem os seus problemas, mas essa questão para o Norte de Minas é de sobrevivência da nossa gente. Enquanto o Sr. Governador Itamar Franco e o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não se entendem, nós, numa ação efetiva desta Casa, devemos buscar um esforço coletivo. Faço, ainda, um chamamento suprapartidário, para que possamos encaminhar ofício ao Sr. Presidente da República, aos Ministérios e à nossa bancada federal, a fim de que voltem com as frentes produtivas de trabalho no Norte de Minas. Convidaria, neste momento, o nosso companheiro Durval Ângelo e os outros Deputados do PT, que defendem a reforma agrária e as reformas sociais e lutam contra a miséria e a pobreza, para que, juntamente com todos os Deputados do Norte de Minas, observemos a nossa realidade, que é tão caótica quanto a realidade financeira do Estado. É preciso que, nesta oportunidade, suplantem-se as questões pessoais do Governador e do Presidente da República, para que sejam implementadas políticas públicas sociais para o Norte de Minas, para que aquela região possa se sentir, no mínimo, digna.

Nós, representantes dessa região nesta Assembléia, podemos agora, numa compreensão suprapartidária, devolver à nossa gente uma condição mínima de vida. E não em cima de xingamentos e pirraças do passado. Neste momento, o que esta Deputada pode fazer é participar dessa discussão. Mas, quando a questão diz respeito ao Norte de Minas, Deputado José Braga, junto com V. Exa., com o Deputado Carlos Pimenta e tantos outros, podemos lutar em defesa da gente da nossa região.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Pettersen - Muito bem, Sr. Presidente. O seu esclarecimento é muito oportuno para que os parlamentares possam tomar conhecimento daquilo que está ocorrendo aqui.

Sr. Presidente, volto ao problema do DER-MG. Gostaria de dizer ao brilhante e atuante Deputado João Leite, por quem temos grande admiração, que, quando um órgão do Governo como o DER-MG faz um convênio da ordem de setenta e poucos milhões, que fossem cem milhões... O que não pode é o Deputado assumir o microfone e deixar passar para a sociedade falas confusas. Na realidade, Deputado João Leite, nem o DNER nem o Estado têm depósito suficiente para depositar todo esse material betuminoso. Esse contrato é durante um período de um ano, dois ou durante o mandato do Governador, entendeu?

À medida que o DER-MG for necessitando desse material para tapar buracos, para fazer inclinação, asfalto novo ou qualquer tipo de recuperação, usará esse material de acordo com a sua necessidade. Agora, V. Exa. vem aqui e passa para a sociedade que o DER-MG fez um convênio de setenta e tantos milhões de reais e pergunta como é que ele vai usar todo esse produto para a recuperação de estradas?

O Sr. Presidente - Peça a V. Exa. que se atenha ao assunto que está sendo discutido.

O Deputado Paulo Pettersen - Quero evitar que a opinião pública seja confundida ou mal informada por parlamentares da envergadura do Deputado João Leite.

Sr. Presidente, estou assistindo aqui ao mesmo filme que vi na Comissão Econômica do Senado. Os Senadores de muitos partidos solicitaram que o Governador Itamar Franco lá fosse para expor a situação de Minas. Então, Sr. Presidente, isso foi feito pela primeira vez. E foi feito pela segunda, Sr. Presidente, e todos nós lamentavelmente vimos o Sr. Fernando Henrique Cardoso monitorando aquela Comissão, da qual o nosso ilustre Senador Francelino Pereira faz parte.

O Sr. Presidente - A Presidência lamenta interromper V. Exa., mas, por força do Regimento Interno, está esgotado o seu prazo para esta fase. Isso posto, damos por encerrada essa discussão.

O Deputado Paulo Pettersen - Para concluir, Sr. Presidente, o que estamos vendo aqui é uma coisa que já não entendo.

Nós, do nosso Estado, votarmos qualquer requerimento contra esse requerimento para trazer um Secretário de Estado para...

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para agradecer de público e de coração ao povo do Alto Paranaíba, Patos de Minas e cidades coirmãs, especialmente meus amigos, clientes e eleitores, por me distinguiram com seu voto, para ser seu representante pela terceira vez, nesta Casa. Agradeço, também, o voto de confiança dos companheiros Deputados que me escolheram Líder da Bancada do PSDB. Ao mesmo tempo, desejo boas-vindas aos novos Deputados eleitos das diversas regiões de Minas Gerais, para a 14ª Legislatura. Quero, também, expressar o reconhecimento do Poder Legislativo e do PSDB de Minas Gerais aos Deputados que estão-nos deixando. A eles, um abraço fraternal e a nossa gratidão pela contribuição e pelo trabalho profícuo que realizaram pelos mineiros. Que Deus ilumine os caminhos deles.

Não poderia deixar de saudar e reconhecer, a importância do trabalho de alto nível, criativo e de apoio realizado pelo quadro de funcionários desta Casa, junto aos Deputados, nos diversos departamentos, sendo, para nós, motivo de orgulho, porque é modelo em relação aos outros Estados da Federação.

Quero ressaltar o trabalho da imprensa, que comunica tudo o que aqui acontece, de forma isenta e ética.

A partir de hoje, inicia-se uma nova caminhada. O PSDB terá a missão de representar, pensar, sentir e agir como oposição responsável nesta Casa. A oposição é uma das vigas mestras da democracia. Por seu vigor, pode-se avaliar a saúde das instituições, saúde alimentada pelo debate franco e leal, que chama à razão os governantes, contribui para a correção de rumos nas administrações e serve de antídoto à embriaguez do poder.

Feliz é o Estado cujo governo encontra críticos responsáveis, com ânimo bastante para denunciar os erros e propor alternativas. Nele a tirania não deitará raízes. Por isso, companheiros do PSDB e colegas da Maioria, é, ao mesmo tempo, grave e honrosa a missão que nos espera nesta legislatura. Para bem exercê-la, temos que nos despir das paixões e vaidades pessoais, colocando o bem da gente mineira em primeiro lugar. O momento difícil que o País atravessa pede, sobretudo, equilíbrio e coragem no exercício de uma oposição responsável, imune a qualquer tentativa interna e externa de ruptura da unidade do Poder Legislativo, capaz de contribuir para a busca de soluções viáveis e compatíveis com os limites impostos pela angustiante realidade mundial deste fim de século.

A intransigência é apanágio dos ditadores. Só eles fecham logo as portas ao diálogo, partindo céleres para o confronto, na convicção de que detêm o monopólio da verdade. Agem como o montanhês solitário, que, julgando ser o universo apenas aquilo que a vista alcança, recusa-se a enxergar além dos horizontes, isolando-se em seu pequeno mundo.

Meus nobres pares: este Legislativo construiu uma história à altura do espírito libertário de Minas. Nem mesmo a força bruta, nos tempos em que a nuvem autoritária pesava sobre a Nação brasileira, conseguiu fazer com que o parlamento mineiro ficasse de joelhos. Aqui sempre se cultivaram a tolerância e o diálogo, sem ameaças e retaliações. Essa filosofia que busca o entendimento sem anular as diferenças tem uma tradução concreta, perpetuada em vários de nossos Regimentos Internos. O texto vigente, por exemplo, estatui que a composição da Mesa da Assembléia atenderá, tanto quanto possível, à representação proporcional dos partidos com assento na Casa. O episódio da última eleição da Mesa quebrou nossa tradição de independência e unidade, fazendo com que esta instituição se dobrasse frente às exigências do Executivo. Houve, de forma inusitada, clara interferência do Palácio da Liberdade, interferência inaceitável, pois fere o princípio constitucional da harmonia, que deve prevalecer nas relações entre os três Poderes.

Além de ficar como nódoa na memória deste Legislativo, o fato tampouco engrandece o currículo do Governador Itamar Franco. Foi, nobres pares, uma vitória de Pirro. Custa acreditar que um homem que lutou na resistência contra o avanço do autoritarismo, participou do processo de redemocratização do País, ilustrou o nome de Minas no Congresso Nacional e ocupou a mais alta magistratura nacional tenha sido capaz de um gesto de autocracia próprio dos monarcas. Sem dúvida, tal atitude contradiz o espírito que até hoje inspirou a brilhante trajetória de um homem público que era candidato a um lugar ao lado dos grandes estadistas das Minas Gerais. Enfraquecer e dividir o parlamento são propósitos incompatíveis com um espírito verdadeiramente democrático.

Vamo-nos unir com o espírito desarmado. Juízo, senhores: é isso que o momento exige. O sagrado princípio da independência entre os três Poderes não pode ser sacrificado no altar das vaidades e dos ressentimentos pessoais. A Assembléia de Minas Gerais não deve sofrer as consequências do confronto entre o Governador do Estado e o Palácio do Planalto. A hora é de serenidade. Esperamos, sinceramente, que o bom-senso volte a prevalecer entre estas montanhas.

O Brasil atravessa, talvez, a crise mais grave que já experimentamos. Graças a uma conjuntura externa adversa, que levou a economia asiática e a russa à bancarrota, instalou-se, no mercado internacional, a falta de confiança nos países emergentes, que se viram, de repente, diante da fuga em massa de capitais. Nas mesmas circunstâncias, várias nações soçobram. Em algumas, instalou-se a anarquia e a guerra civil. Nosso País é muito grande para sucumbir a tais circunstâncias. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que a nau não vá a pique, são necessárias medidas heróicas. Precisamos de líderes que tenham grandeza suficiente para renunciar ao verbo fácil da demagogia e coragem para conduzir o Brasil ao porto seguro da estabilidade econômica.

A comunidade econômica internacional tem suas leis próprias. Ignorá-las é querer revogar, por decreto, a lei da gravidade. Quem tentar fazê-lo será alvo de chacota por parte das

pessoas equilibradas. No entanto, é necessário prevalecer o espírito nacional de coibir a ganância espoliativa, diminuindo as diferenças entre ricos e pobres, no esforço de que as oportunidades sejam oferecidas a todos.

Minas Gerais tem que assumir o lugar que sempre lhe coube no contexto político brasileiro. Em vez de obstáculo à superação da crise que ameaça a Nação, temos que liderar o esforço para reconstruir sua economia. Não podemos deixar que outros Estados saiam na frente, dando-nos exemplo de ação, austeridade, trabalho em prol da salvação do País, mediante propostas e projetos exequíveis. Desejamos, de todo o coração, que as virtudes da responsabilidade, do entendimento e da prudência, que são características da índole mineira, voltem a imperar nestas montanhas. De nossa parte, estaremos sempre atentos para despertá-las, exercendo, com diligência e entusiasmo, o papel que nos cabe, neste momento, de oposição responsável. Para essa missão, contamos, desde agora, com a valiosa parceria do PFL. Pretendemos trabalhar respeitando a unidade do Poder Legislativo, para fazer triunfar a vontade da maioria do povo de Minas Gerais.

No recesso do carnaval, enquanto grande parte do povo brasileiro optou pela diversão e pelo descanso, acreditamos que o Presidente Fernando Henrique e o Governador Itamar Franco, conscientes de sua responsabilidade, tenham refletido seriamente sobre suas divergências. Num cenário de incertezas, quando a sociedade já demonstra sinais de inquietude, é preciso apostar no diálogo, no consenso e na união nacional. Sr. Governador Itamar Franco, esperamos que V. Exa. não declare moratória à razão e ao entendimento. Muito obrigado.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Gostaria de tornar pública a minha satisfação, como integrante da Bancada do PSDB, em ter V. Exa., nobre Deputado Hely Tarquínio, como Líder. Para mim é uma alegria muito grande, dada a trajetória de seriedade de V. Exa. na política, o que só vem engrandecer a nossa Bancada.

Quero concordar também com o discurso que V. Exa. faz nesta tribuna, mostrando a incoerência que se deu na votação para a Mesa da Assembléia. A presença do Governador Itamar Franco, a nota oficial tirando da eleição para a Mesa um partido escolhido diretamente pela população de Minas Gerais foi uma violência contra o parlamento, uma violência contra um Poder autônomo, uma violência muito grande contra todos nós. Quero concordar com V. Exa. em que isso é inaceitável. É com muita alegria que temos V. Exa. como Líder.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço o aparte do ilustre Deputado João Leite, principalmente vindo de um parlamentar da estatura de S. Exa. Queremos dizer que essa conduta de oposição responsável é para compor o leque no parlamento com espírito dialético. Ser humano, ser político é ser dialético. Esperamos que o Governador entenda esse lado político.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Meu caro Deputado Hely Tarquínio, gostaria de cumprimentá-lo pelo primeiro dos muitos pronunciamentos que fará nesta Casa como Líder do meu partido, como Líder da Bancada do PSDB nesta Casa. Eu, que já estava extremamente feliz em ter V. Exa. como Líder, agora, com esse pronunciamento, vejo mais uma razão para justificar essa decisão sábia da Bancada do PSDB de escolhê-lo como Líder num momento extremamente difícil para Minas Gerais, especialmente para a Assembléia Legislativa, que foi vergonhosamente desrespeitada e atacada pelo Governador Itamar Franco. Quero dizer a V. Exa. que, com a combinação de sua serenidade e firmeza, estaremos unidos, sob a sua liderança, exercendo a nossa função e o dever que nos cabe na democracia, que é estabelecer o contraditório, fiscalizar o Poder Executivo, apontar erros e apontar novos rumos para a vida política, econômica e social de Minas Gerais. V. Exa. tem toda a razão quando disse que a Assembléia Legislativa foi gravemente agredida no dia da instalação da 14ª Legislatura. Pela primeira vez na história política de Minas Gerais, um Governador tem o desprazer de emitir uma nota oficial para intervir na forma como os Deputados devem se comportar nesta Casa, quem deve ou não participar como membro da Mesa da Assembléia Legislativa, quebrando, mesmo, a tradição desta Casa de que as principais bancadas, as principais forças políticas participem de forma ecumênica e consensual na direção dos trabalhos desta Casa.

Essa agressão, podemos cobrá-la de todos os nossos companheiros, e aproveite a oportunidade para dizer uma palavra de respeito a todos os Deputados da Assembléia Legislativa, a todos os meus companheiros. Estaremos aqui defendendo os interesses superiores de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, de uma maneira fraternal podemos cobrar, começando pelo Presidente desta Casa, que está ausente desta reunião, mas que tem um compromisso com a Assembléia Legislativa e com todos os Deputados, porque, inclusive, ele teve a coragem de ser o porta-voz dessa nota oficial, em que o Governador nos agride de morte, desrespeita a cada um de nós, num gesto de autoritarismo jamais visto, a não ser nos tempos negros da ditadura militar em nosso País, em que eu fui para a linha de frente e paguei as consequências de enfrentar o autoritarismo, de enfrentar a ditadura no Brasil. E o Governador Itamar Franco teve a coragem, o desprazer, o desrespeito de ofender a todos nós, dizendo de que forma a Assembléia Legislativa deveria agir. Não vamos aceitar essa interferência. É um novo trabalho que temos. Esse é o compromisso público que assumimos com o povo de Minas Gerais. O Governador Itamar Franco tem de aprender a conviver com os outros Poderes. Infelizmente, em um mês apenas, há tanta coisa a ser denunciada, tanta coisa errada tanta coisa equivocada, tanto crime que se comete contra o Estado de Minas Gerais. Isso apenas em um mês de Governo, e podemos imaginar se o povo de Minas Gerais vai agüentar 48 meses de desmandos desse homem, que, num devaneio, se compara a Tiradentes. Ele não tem biografia, não tem estatura para se comparar a Tiradentes, no máximo a Silvério dos Reis, porque está traíndo o povo de Minas Gerais, porque está perseguindo funcionários públicos honrados, funcionários públicos que exercem funções técnicas, tudo por questões políticas, e esse é nosso compromisso com o povo de Minas Gerais. Estaremos, neste Plenário e desta tribuna, defendendo os interesses de Minas Gerais, os interesses superiores, contra o interesse de quem quer que seja, sobretudo contra o desse pequeno ditador, desse homem de estatura menor: o Governador Itamar Franco.

O Deputado Edson Rezende - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de iniciar minhas atividades como Deputado mineiro, na 14ª Legislatura, propondo uma reflexão acerca do significado da crise em que se encontra o País e seus reflexos sobre nosso Estado.

Para os chineses, o anagrama da palavra crise pode traduzir-se em riscos e possibilidades. Tal compreensão pode servir para, ao reconhecermos a ambigüidade do momento, procurarmos encontrar saídas no emaranhado dos fatos complexos colocados pela turbulência econômica.

A lógica neoliberal conseguiu operar modificações significativas na organização do trabalho e no aprofundamento das desigualdades sociais em função dos esforços para desmantelar o Estado, com prejuízos visíveis aos serviços prestados à população e a privatização sem critério de setores estratégicos da economia.

A flexibilização do trabalho, a partir dos novos modelos gerenciais e da utilização de tecnologias avançadas, resultou em desemprego estrutural e em uma visível redução de direitos. O aumento do contingente de desempregados, os que sobrevivem no setor informal, a população cada vez mais numerosa que vive crônica situação de risco social desmentem a versão moderna da civilização do mercado, aproximando-nos dos que, despossuídos, engrossam a parte excluída do mundo onde novas e impressionantes formas de pobreza se revelam.

Nesse cenário, o discurso dominante, que associa o Estado ao atraso e ao clientelismo, de um lado, e, de outro, a modernidade e o mercado, precisa ser repensado, pois produziu uma relação invertida e perversa, em que a ausência de direitos da maioria mantém-se à custa dos privilégios de uma minoria que faz dos seus interesses privados a referência para a sua ação na cena pública.

A cidadania, como prioridade, significa, para nós, a saída do labirinto formado pela lógica privada do mercado, que nos faz crer na inevitabilidade dos processos econômicos como ordenadores do mundo, onde se perpetua a exclusão e a submissão às necessidades da sobrevivência.

Ao colocar os interesses do povo de Minas Gerais como referência na condução da sua política, o Governador Itamar Franco acessou uma das dimensões da crise nacional: a dimensão das possibilidades do diálogo em busca de alternativas aos problemas vividos pelos Estados e municípios, que hoje se debatem em dívidas e dificuldades financeiras de toda a ordem.

Como consequência, seu gesto inaugurou uma nova agenda política, apesar de ter desgostado o comando neoliberal e os gerentes internacionais, que manuseiam os números de nossa economia. Nessa agenda, o pacto federativo entre os Estados foi necessariamente colocado, após os anos de decretos, medidas provisórias e emendas constitucionais, que descaracterizaram a Constituição de 1988, desvalorizaram o Legislativo nacional e obrigaram os Estados e municípios a conviver com redução de recursos e aumento de responsabilidade pelos serviços prestados à população.

O projeto de Fernando Henrique Cardoso, submisso ao grande capital financeiro, revelou-se mais claramente adaptável ao jogo de forças internacionais ao submeter as necessidades na educação, na saúde e demais direitos sociais às metas e aos objetivos do mercado.

Para garantir o pagamento dos juros da dívida externa e subsidiar o capital especulativo, o discurso oficial transformou serviços sociais em déficit público e adotou políticas

monitoradas pelo Banco Mundial e pelo FMI, enquanto sucateava os serviços de forma indiscriminada.

Nesse cenário, encontra-se a educação, após a nova legislação educacional, claramente inspirada pelo modelo neoliberal. Refletindo o alarmante retrato social de exclusão e aumento da pobreza, o quadro educacional brasileiro debate-se em uma crise crônica, como atestam os números da repetência (35% no 1º grau e 32% no 2º grau, em 1992, segundo dados do IBGE), os 20 milhões de analfabetos, os 70 milhões de analfabetos funcionais, o que coloca nosso País em um dos piores lugares no mundo em situação escolar.

A aplicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, a reforma na Constituição através da Emenda nº 14, a aprovação da Lei nº 9.424, de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, além das legislações estaduais, através de decretos e resoluções dos governos, têm causado uma série de transtornos à população, especialmente afetada com medidas que não têm em mira a questão educacional, e sim a implementação do projeto político neoliberal.

A exemplo do Fundo de Estabilização Fiscal, que permite à União reter 20% dos recursos dos Estados, e da Lei Kandir, que afeta o recolhimento do ICMS dos municípios e Estados exportadores, a Lei do FUNDEF também retém 15% das receitas transferidas dos Estados e municípios, forçando-os a adequar sua rede escolar às novas exigências legais. Apesar disso, o Fundo considera razoável o valor por aluno/ano de R\$ 300,00 aproximadamente, calculados não no resultado da razão entre arrecadação e matrículas efetivadas, mas a partir de valores hipotéticos. O FUNDEF, portanto, não significou dinheiro novo na educação nem salários justos para professores e atendimento de qualidade ao educando.

Tratando de forma desigual os diversos níveis de ensino, o Fundo aprofunda a prioridade ao ensino fundamental, em detrimento da educação infantil e do ensino de jovens e adultos excluídos dos cálculos para repasse de receitas. Além disso, promove, impositivamente, a transferência de alunos para os municípios, sem considerar como referência as prioridades educacionais, e sim as operações financeiras necessárias ao aporte dos recursos do FUNDEF.

A municipalização imposta não considerou as desigualdades regionais, os interesses pedagógicos de alunos e professores, nem mesmo as considerações dos pais e da comunidade, tornando-se, por isso, uma "prefeiturização" de escolas, com impacto desconhecido sobre o ensino.

Em relação ao ensino médio, a separação entre ensino profissionalizante e científico prevista na LDB e aprofundada no Decreto nº 2.208/97, do MEC, significou o fechamento de dezenas de cursos secundários e aprofundou a problemática do desemprego e da falta de perspectiva profissional para os jovens.

Em relação ao ensino superior, verificam-se, igualmente, os propósitos governamentais de sucatear as universidades públicas ao implementar um novo modelo através de decisões arbitrárias do Executivo, principalmente com o corte de recursos para pesquisas e aperfeiçoamento do pessoal docente.

Ao analisarmos a implementação dessa política de governo na educação, não podemos nos furtar a abordar a situação de Minas Gerais.

Podemos dizer que, durante oito anos, a orientação da Secretaria da Educação pretendia "apontar o caminho" para a aplicação da novidade neoliberal nas escolas públicas do Estado.

Caracterizando-se por uma política autoritária e vertical em relação à educação, através de decretos e de resoluções, a Secretaria da Educação confirmou o suposto do Estado mínimo, para o público, e máximo, para a defesa dos interesses privados dos grandes grupos empresariais que controlam o mercado da educação.

Em relação à aplicação do FUNDEF em Minas, os processos de municipalização deram-se de forma arbitrária, desrespeitando a lei e afrontando a comunidade escolar. Além dessas imposições, sabemos que uma verdadeira chantagem, orquestrada na oferta de vagas para o ensino médio, atribuição do Estado, forçou os municípios a adotarem alunos transferidos da rede estadual.

Pior é que, depois de transferirem cerca de 500 mil matrículas, o Estado simplesmente não repassou, nos meses finais da gestão anterior, os recursos dos municípios retidos no FUNDEF. Segundo dados do Secretário Murilo Hingel, divulgados pela imprensa, desde setembro último os municípios não recebiam recursos do FUNDEF.

Em relação ao ensino médio, as mudanças são ainda mais dramáticas. Sob o argumento de se orientar por demandas do mercado de trabalho, a Secretaria aplicou a seu modo as decisões do Decreto Federal nº 2.208, de 1997, promovendo o fechamento de dezenas de cursos profissionalizantes, inclusive de cursos de magistério, nas escolas públicas, reduzindo a oferta de vagas a poucas escolas em todo o Estado.

A oferta de módulos profissionalizantes oferecidos em cursos pós-médio ou simultâneos ao ensino médio regular não tem sido uma realidade. Além disso, promove-se uma desvinculação preocupante entre os conteúdos profissionalizantes e os conteúdos humanistas, tornando a formação para o trabalho desvinculada do ensino médio, separando o acadêmico do técnico, visando à formação de operadores técnicos desprovidos de capacidade crítica e reflexiva, necessárias à criação, e não meramente ao consumo das novas tecnologias.

Longe de buscar a universalização do ensino médio, a Secretaria da Educação promoveu um verdadeiro desmonte ao implantar autoritariamente o programa de nucleação nas escolas estaduais em sua rede.

A nucleação revelou-se um desastre ao fechar escolas e ao obrigar deslocamentos desnecessários para os alunos, prejudicando principalmente os de área rural e os que moram nas periferias das cidades, que passam a necessitar de transporte para ter acesso às aulas. Nas escolas nucleadas, verificou-se a elevação do número de alunos por sala de aula, com prejuízos para o ensino, e a redução de postos de trabalho no magistério.

Com relação ao atendimento aos alunos fora de faixa, ou seja, os repetentes de todas as séries, que constituem os atingidos pelo fracasso escolar e estão fora do tempo escolar convencional de escolarização, a política da Secretaria traduziu-se em programas supletivos obrigatórios, eufemisticamente chamados de aceleração escolar. Os Projetos Acertando o Passo (5ª a 8ª séries), A Caminho da Cidadania (ensino médio) e Travessia (1ª a 4ª séries) apostaram na obrigatoriedade de redução do tempo de permanência na escola com óbvia redução de conteúdos, para acelerarem o processo de escolarização dos alunos que não concluíram esses níveis de ensino na idade padrão.

Sem direito a optar por outra forma de cursar essas séries, os alunos "fora de faixa etária" foram obrigados a ingressar no supletivo, apesar do empobrecimento curricular. Confirma-se, assim, a lógica excludente de resolver a questão do fracasso escolar, apostando-se numa educação de segunda classe para supostos cidadãos de segunda classe.

O regime de aceleração, em que pese às polêmicas em torno de sua validade ou não, foi usado pela Secretaria da Educação para produzir estatísticas favoráveis da qualidade educacional no Estado, mascarando resultados e criando uma irreidade educacional perigosa, na qual o aluno sente-se desestimulado a investir nos estudos."

Ampliar o espaço para a gestão democrática e a participação popular na educação será o desafio colocado para este Legislativo neste novo Governo.

A necessidade premente de mudar o modelo autoritário implementado na Secretaria da Educação até então deve significar, para o atual Governo, a busca de parcerias com a sociedade civil e as instituições democráticas, objetivando o estabelecimento do diálogo acerca dos projetos a serem mantidos ou modificados na educação mineira.

Acreditamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ser agora a hora certa para iniciarmos uma profunda reflexão sobre os rumos da educação em Minas, o que, sem dúvidas, repercutirá em todo o País.

Nesse sentido, gostaria de sugerir à Mesa da Assembléia, em um requerimento oral, que estarei protocolando em seguida, que tome as providências necessárias à realização de um seminário legislativo, em parceria com a Secretaria da Educação e representações dos educadores, dos alunos, dos Legislativos e dos Executivos Municipais, cujo eixo central seja

uma avaliação da aplicação da nova legislação educacional em nosso Estado, particularmente os impactos da política do Governo anterior adotada nas escolas e quais as mudanças necessárias nesse quadro. Acredito que, para um maior efeito, tal seminário legislativo deverá ter um momento descentralizado pelas diversas regiões do Estado, com formulações que deverão ser reelaboradas em um segundo momento.

Sabemos que a conjuntura atual devolveu a Minas o papel histórico que sempre desempenhou na construção da liberdade em nosso País. A história exige de nós, representantes do povo, uma responsabilidade enorme em relação às gerações futuras. Apostar na educação significa construir a única saída possível do labirinto da barbárie colocada pelo mundo das desigualdades e da política como espetáculo de mídia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, já conversamos com o Secretário da Educação a respeito da necessidade desse debate. É preciso que discutamos com as bases e, depois, nesta Assembléia Legislativa, a questão do ensino que se deu em 1998, para fazermos uma profunda análise. A partir dessa análise, o Governo poderá ter um diagnóstico correto para, este ano ainda, modificar para melhor a educação para o ano 2000, educação essa que tem perdido tanto nesses últimos anos. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse assunto já foi mais do que votado neste Plenário: Por que o Governador Itamar Franco pediu prazo para pagar as dívidas que não fez, ou seja, que recebeu? Parece-me que está havendo uma interpretação errônea, pois pagamos apenas se temos condições: quando não temos, precisamos pedir prazo. Isso quer dizer moratória. Está mais do que justa esta solicitação do Governador Itamar Franco, porque recebeu do Governador Eduardo Azeredo, como herança, uma máquina totalmente sucateada.

Estou aqui pensando na inteligência e no desprendimento do Deputado Amílcar Martins. Ele está sendo ingrato e injusto com o ex-Presidente Itamar Franco e atual Governador do Estado. Como teve condições de chamar o Governador de desqualificado, despreparado e incompetente? Estou passando a não entender mais nada. Como o Sr. Amílcar Martins, dentre os seus excessos, tenta atingir um homem da envergadura de Itamar Franco, que deixou a Presidência da República, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com 80% de aprovação em seu governo? Ele é um homem que fez uma carreira que muitos homens públicos gostariam de fazer, inclusive o Deputado Amílcar Martins e o Sr. Eduardo Azeredo. Itamar Franco foi Prefeito de Juiz de Fora por duas vezes e lutou na época mais difícil de nossa história. Foi também Senador e, por força do destino, Presidente da República. Como pode ser desrespeitado? Não vamos, aqui, Sr. Presidente, aceitar excessos irresponsáveis, porque quem corroe a economia de Minas e o sangue do povo mineiro foi o Sr. Eduardo Azeredo. Estão aí para todos verem as dívidas econômica e social. Esse é o homem competente? O Deputado Amílcar Martins deve estar ainda no calor das palavras do Sr. Fernando Henrique Cardoso, que disse que o Sr. Eduardo Azeredo foi o melhor Governador de Minas. Imaginem se não tivesse sido.

Nós, desta Casa, que considero uma escola, não podemos aceitar atitudes deselegantes e desrespeitosas para com um cidadão da envergadura de Itamar Franco, homem que tem todas as qualidades para governar, ou melhor dizendo, para tentar governar, apesar de tudo de "bom" que lhe foi deixado pelo ex-Governador Eduardo Azeredo.

É muito fácil falar de alguém. Tudo bem que Itamar tenha interferido na Assembléia Legislativa, talvez no momento mais difícil dos primeiros dias de governo, em que Minas foi agredida por Fernando Henrique Cardoso e por sua equipe econômica. Naquela hora, o Governador, sim, teve que tomar decisões, não contra parlamentares desta Casa, mas contra o neoliberalismo do Sr. Fernando Henrique Cardoso, contra o neoliberalismo do PSDB.

Digo, sem medo de errar, que Itamar foi o único Governador que teve coragem de mostrar a cara, não só do Governo de Minas, mas também do Governo Federal.

Não se iludam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esse confronto entre Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso tenha sua origem em questões pessoais e políticas. Nada disso. Tenho certeza de que toda a sociedade de Minas Gerais está sentindo, como nós, a necessidade desse enfrentamento, pois não podemos nos curvar ante tamanho acinte por parte do Presidente da República.

No Governo anterior, a submissão era total. É por isso que o Estado se encontra nesta situação tão calamitosa, uma das piores já deixadas para um sucessor no poder.

Se o povo mineiro, traindo sua sabedoria, não tivesse consagrado, nas urnas, o atual Governador Itamar Franco, o que seria deste Estado?

E, agora, o Sr. Amílcar Martins vem atacar um homem da envergadura de Itamar. Ora! Jamais silenciaremos diante de tamanho desrespeito! Acredito que o Deputado não tenha compreendido ainda, mesmo depois da minha fala e das palavras de outros companheiros, que Itamar está também grato a ele, que pertence ao PSDB. É preciso que haja confronto. Não há como todos serem governo. É essencial que haja pessoas fiscalizando. É por isso que Itamar incentivou o PSDB a lhe fazer oposição, mas oposição sadia, inteligente, calcada em informações fidedignas e que traga, à luz do dia, tudo o que está acontecendo no Estado. Não podemos, de maneira nenhuma, passar à sociedade informações falsas. Temos nossa parcela de responsabilidade - não apenas meu partido, mas toda a base de Governo e todos os partidos de oposição.

Obrigatoriamente, nossa função é buscar o norte para Minas. Hoje, temos um Governador, não um gerente de Estado - Estado este que querem transformar em território. Não estão rendendo o devido respeito a Minas Gerais. Este Estado, que participou de grandes decisões nacionais, esteve, por muito tempo, à deriva, porque estava sendo mal conduzido.

O Estado estava sendo comandado por um Governo que não tinha norte, não tinha pulso nem autoridade e aceitava tudo que o Governo Federal dizia, ou melhor, impunha. Este é o preço que estamos pagando pela política de neoliberalismo do PSDB. Enquanto os países europeus estão buscando novas alternativas, aqui vem sendo imposta essa política que asfixia o setor produtivo do nosso Estado. Com os atuais juros estratosféricos, não temos condições de produzir, e nenhuma indústria consegue dar emprego, Sr. Presidente. Temos que rechaçar essa política. Vamos, se Deus quiser, sepultar essa herança com o nosso sacrifício, pois creio que, num curto espaço de tempo, Minas não precisará do Governo Federal e sanará suas dívidas. Mas, para isso, o nosso Governador não pode titubear, não pode fugir ao diálogo, mas a um diálogo sério, sadio, e não uma molecagem. Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que esta Casa continuará devidamente atenta para os problemas que estão surgindo e que não surgirão, para que possamos não apenas defender Itamar Franco, como muitos interpretam, mas defender os interesses da família mineira, que não se encontra filiada a nenhum partido. Esse gesto de grandeza e essa defesa não de ser suprapartidários, porque atingem todos os segmentos da sociedade mineira. Tenho a certeza de que estaremos nessa trincheira para defender a justiça social em nosso Estado e os interesses maiores da família mineira.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que gastarei menos tempo do que o que me foi concedido. Gostaria de dizer, com todas as palavras, que quando cheguei a esta Casa, entrando no Plenário, pela primeira vez, para tomar posse, achava que todos aqui teriam a consciência de que, aqui, no Plenário, estaríamos lutando por um partido que tem uma sigla maior e que se chama Minas Gerais. Não pensava, naquela ocasião, que em alguns momentos seria obrigado a voltar a falar em Plenário a respeito de um assunto que me deixou bastante chateado. Mesmo havendo votado contra o Sr. Itamar Franco, que foi Prefeito da cidade em que também fui Prefeito, Juiz de Fora, mesmo tendo trabalhado a favor da reeleição de Eduardo Azeredo, não posso admitir que alguns colegas desta Casa passem a nivelar um cidadão honrado, que tem o escudo da moralidade impenetrado, a palavras que não se encaixam com sua pessoa. Uso da palavra, mais uma vez, para dizer que não quero nenhum favor do Governador Itamar Franco. O que quero dele é apenas que resolva a situação do nosso Estado. Que acabe, de vez, essa briguinha de quem é que vai falar com quem e quem é que vai convidar quem. Torço para que tudo isso aconteça. Mas não posso deixar de registrar em Plenário que Itamar Franco, como já disse o Deputado Paulo Pettersen, foi Prefeito por duas vezes em Juiz de Fora, Senador por duas vezes, Vice-Presidente da República, sendo que o destino o encaminhou à Presidência da República, ocupando agora o cargo de Governador de Minas Gerais. Acredito que esse cidadão merece um pouco mais de respeito. É só o que gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Adelino de Carvalho - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, estou estupefato com o que estou assistindo nesta Casa Legislativa, hoje. Deputados fingem não ver a realidade cruel que assola este País, pela culpa exclusiva do Presidente incompetente que tem esta Nação, que levou o País à crise e ao caos. Querem transferir a responsabilidade da malfadada administração desta Nação, que atravessa dias lúgubres, atroz, a alguém que teve a coragem de acender a luz e mostrar a realidade triste de um Estado falido.

Estamos diante de um Estado falido. Conversamos com Secretários de Estado, que estão sem saber por onde começar: se limpam a sujeira deixada pelo antigo ou se começam a buscar alternativas para a implantação de um novo governo, que, aliás, está completamente inviável diante do mar de lama, da enxurrada de lama deixada pelo ex-Governador deste Estado. Sinais evidentes de corrupção marcam a passagem do ex-Governador.

Estranha-me muito, senhores, que Deputados de Minas Gerais tenham a capacidade de usar o microfone desta Casa Legislativa para acusar quem está levantando a voz para defender o nosso Estado. Estranha-me muito, senhores, como evangélico que sou, assistir ao Deputado João Leite, irmão de fé, e ao Deputado Carlos Pimenta confessarem aqui o pecado da

omissão, ao dizerem que, na Legislatura passada, foram omissos, quando não fiscalizaram o Governo que passou. Acusaram eles a própria Bancada do PSDB de omissa. Será que todos que estavam nesta Casa não ouviram - falado alto e em bom som - como eles assumiram a culpa de serem omissos enquanto o Executivo era omissos? Cometiam atos e contratos e faziam o que queriam no desgoverno de um homem que, na verdade, não teve pulso para administrar este Estado.

Para encerrar, Sr. Presidente, acho que a Bancada do PSDB está certa em tentar envidar todos os esforços para impedir que venham a esta Casa os Secretários de Estado. Eles não querem que aflore todo o lamaçal que, hoje, está constatado "in loco" por aqueles que estão administrando o nosso Estado. Eles têm muito a falar.

Sou favorável ao requerimento do Deputado Márcio Cunha e de outros, porque acho que separadamente, sim, eles devem expor para nós, Deputados, para que não sejamos omissos nesta Legislatura, como confessou o Deputado Carlos Pimenta, com a aquiescência do Deputado João Leite.

Terminando, quero dizer que, hoje, matei a saudade do meu colega de Câmara Municipal, ex-Vereador Amílcar Martins, fiel escudeiro do ex-Governador Eduardo Azeredo. Ele continua temperamental.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, obrigado. Vou apenas fazer um reparo. Não necessito dos 10 minutos, mas quero dizer, aproveitando a presença do Deputado Avelino, que não me considero omissos. Ao contrário, fiquei quatro anos na Assembléia Legislativa vigilante, fiscalizador. Apesar de pertencer ao partido que governava, presidi uma CPI que produziu dez leis, algumas já sancionadas pelo Governo, que levaram 19 policiais a responderem processo na justiça.

Então, quero dizer que em momento algum fui omissos. Fui fiscalizador atento, como continuarei sendo. E temos vários outros pronunciamentos na mesma linha de fiscalizar, de estarmos atentos, como agora, que estamos acompanhando a intenção deste Governo de reabrir o depósito de presos da Lagoinha, o "Inferno da Lagoinha". Essa é a pretensão deste Governo. Lutaremos contra, como lutamos no outro Governo, para que seja fechado, e que sejam também fechadas Delegacia do Palmital e a de Furtos e Roubos. Continuaremos a nossa luta.

Então, quero dizer que não sou omissos, que estarei atento, acompanhando os contratos feitos pelo Estado. Essa é a minha responsabilidade, e continuarei como fui, quando o Governador era Eduardo Azeredo, que pertence também ao meu partido, o PSDB. Considero que o que houve de errado no Governo passado - que além da presença do PSDB tinha as do PMDB, do PTB e do PDT - tudo aquilo que foi esclarecido na fiscalização, no acompanhamento da Assembléia, tem de ser punido. Aqueles que cometeram erros têm de ser punidos. Defendo a fiscalização presente em todos os atos dos homens públicos. Não é assim conosco? De quatro em quatro anos não passamos por uma sabatina? Seremos votados ou não? Também aqueles que ocupam cargos de secretários, de diretores, de presidentes de empresas, de autarquias, têm de responder. Então, não aceito que eu seja omissos. Nosso trabalho é sério e não ficarei acovardado. Vou lutar da mesma maneira todos esses anos, e tudo aquilo com que não concordo, aquilo que não queremos que as pessoas mais novas aprendam, lutaremos contra, como no caso da intromissão do Governador Itamar Franco na eleição da Mesa da Assembléia. Não podemos aceitar isso. Ele expediu uma nota oficial para dizer que não queria o nosso partido - vim para a Assembléia com os meus companheiros do PSDB, somos 15, escolhidos pela população de Minas Gerais - na Mesa da Assembléia. Isso não é democrático, Deputado Adelino, e é contra essas coisas que vamos continuar falando. Se há alguma coisa errada no Governo anterior, aqueles que cometeram erros têm de ser punidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados, gostaria tão-somente, no encerramento desta reunião de hoje, de comunicar a este Plenário que, conjuntamente com os Deputados José Milton e João Paulo, apresentamos uma emenda ao nosso requerimento de convocação dos Srs. Secretários de Estado, para prestarem os esclarecimentos devidos a respeito da situação econômica e financeira de nosso Estado hoje e as medidas legais e jurídicas que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado quanto a essa questão. Já fizemos esse requerimento, por um acordo feito com os Srs. Deputados, e acreditamos que, na próxima reunião, ele possa ser aprovado.

Aproveite, ainda, a oportunidade para cumprimentar os Deputados, especialmente aqueles que procuravam informações sobre a instauração de CPIs. Isso me agrada muito. Este é o trabalho desta Casa. Em nome do povo mineiro, estamos aqui para participar, trabalhar e fiscalizar as atitudes do Poder Executivo. Este é realmente o papel parlamentar que nos cabe. Esperamos que cada um possa fazer isso.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Não quero desanimar o Deputado Márcio Cunha, que é atuante e vem fazendo um bom trabalho em Belo Horizonte. V. Exa. não precisa ficar magoado, esmorecido, porque o seu requerimento vai ser aprovado. O Secretário da Fazenda, a Procuradora-Geral e o Secretário da Educação têm que vir a esta Casa dar uma satisfação aos Deputados. Além dessa satisfação, terão que dar as informações aos membros do Governo e à Oposição, para que possam conduzir seus trabalhos de forma transparente, pois têm que ser uteis à sociedade mineira. V. Exa. não precisa ficar desanimado, nem perder o encanto, pois seu requerimento foi de um alcance muito grande. Seu requerimento não foi aprovado hoje, mas tenho a certeza de que, quando apresentá-lo novamente, todos os Líderes irão acatá-lo, pois precisamos ouvir sobre a realidade de Minas, o que realmente Itamar herdou. Isso é necessário e fundamental para que possamos ter o norte positivo, a fim de não convivermos com a desinformação. Temos que estar munidos dessas informações. V. Exa. está de parabéns. Espero que V. Exa. retorne, o mais breve possível, com esse requerimento. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio (Em aparte) - Gostaria de dizer, em nome do PSDB, da Oposição, que é rotina a convocação de Secretários nesta Casa. O PT sempre fez isso, com aprovação da Situação. Esta nunca se posicionou contra a vinda de Secretários ou de qualquer outra autoridade a esta Casa, para que pudéssemos conhecer melhor qualquer assunto relativo ao Governo. É de interesse de uma Oposição responsável conhecer o lado da administração do Governo. Não tivemos tempo de fazê-lo profundamente, mas vamos checar se os dados da equipe de transição estão certos, reportando-nos não somente ao Governo atual mas também ao Governo passado. Não nos interessa esconder nada. Queremos as coisas transparentes, como bem disse o Deputado Paulo Pettersen. Batemos na mesma tecla da transparência. Deputado Márcio Cunha, foi muito oportuno o seu requerimento, mas, por tradição nesta Casa, temos a preocupação de fazer isso nas comissões temáticas. Os Deputados que lá ocupam seus lugares são pessoas ligadas ao tema, mas isso não impede que muitos Deputados o façam quando se trata de fiscalização financeira e orçamentária, principalmente agora, que a economia está ditando os passos políticos do mundo. Hoje, com a globalização, a economia está ditando os rumos. Mas temos, sim, temor, pela forma como foi apresentada, de que, com quatro ou cinco Secretários, esse debate não trará resultados substanciais, consistentes, para que o Legislativo possa cumprir o seu papel. Quando falo em Legislativo, falo dentro da unidade deste, sem a interferência que aconteceu na eleição da Mesa. Nós temos que falar de novo sobre isso, porque aquilo é totalmente monárquico, autocrático. Queremos, sim, um Poder Legislativo dialético, composto de todas as variáveis, praticando a verdadeira democracia, a liberdade de escolha, procurando, como resultante, o interesse do povo, essa variável, que seria a virtude, ou seja, o bem do povo.

É dessa forma que estamos aqui. Queremos ser responsáveis, sim. Não queremos esconder nada do Governo passado. Se houver alguma coisa que tenha que ser revista ... Não vou dizer condenar, porque o passado é muito importante quando é útil. O passado apenas para achincalhar ou perturbar não serve para nada. Queremos um passado útil para nos ensinar quanto ao presente e ao futuro.

Essa é a nossa postura aqui na Assembléia. Queremos trabalhar com os companheiros de todos os partidos. Nesse jogo atuam os interesses da sociedade estratificada, os "lobbies" aqui representados pelos Srs. Deputados, já que cada um faz um tipo de política - uns são ligados ao setor industrial, outros à saúde, como é o meu caso - e cada um traz da sua classe e religião um poder de pressão. E é de forma clara, não vou dizer matemática, mas dentro do conceito social, que queremos atuar nesta Casa, para imperar a democracia, com liberdade para escolhermos o melhor para o povo. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - Não iria mais participar da fala do Deputado Márcio Cunha, porque conseguimos chegar a um acordo, o que é importante. A matéria está vencida, e ficou para terça-feira a votação do requerimento de V. Exa. Queria cumprimentá-lo, porque é assim que se faz. Não estou ditando normas, mas aqui prevalece o diálogo.

Sr. Presidente, verifico que não temos mais condições de continuar com a reunião, por falta de "quorum" qualificado.

O Deputado Márcio Cunha - Concluindo, Sr. Presidente, agradeço as intervenções dos ilustres Deputados. Faço coro com eles, para que nesta legislatura possamos fazer um trabalho profícuo e dinâmico, a fim de que o povo mineiro possa reconhecer nesta Casa, sem dúvida alguma, a grande depositária de suas esperanças.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, pretendo fazer meu pronunciamento de início de legislatura na próxima terça-feira, uma vez que ontem o número de oradores era muito grande.

Hoje, dois motivos relevantes me trazem a esta tribuna. O primeiro deles é de pesar. Comunicamos o falecimento do Sr. Manoel Gomes de Oliveira, pai do nosso irmão e amigo Deputado Federal Osmânio Pereira de Oliveira, ocorrido no dia 14, em Itapetinga, na Bahia. Há pouco tempo, nosso companheiro perdeu sua mãe para este mundo. Certamente, seu pai vai se juntar à mãe lá no céu. Nós, que cremos, temos uma visão diferente. Acredito que, quando nascemos para o mundo, morremos para o ventre da nossa mãe e, quando nascemos para o Céu, morremos para o mundo.

Um outro sentimento que me acompanha é quando um escultor dá sua obra de arte por acabada. Mesmo que outro artista diga que falta alguma coisa, ele diz: Sou o escultor, e, para mim, a obra está pronta. Às vezes, o nosso Pai do Céu diz: A obra está acabada, venha se juntar a mim. Acho que foi isso que ocorreu com os pais do Deputado Osmânio Pereira de Oliveira. Ele é um companheiro, um irmão que luta em defesa da vida.

Quero deixar registrados nos anais desta Casa - e peço que isso seja comunicado à sua família - os nossos sentimentos de solidariedade nesse momento difícil. Como um homem de fé que é, certamente saberá superar também essa dificuldade.

Outro assunto que me traz a esta tribuna me preocupa sobremaneira, até mesmo porque a própria Igreja da qual faço parte, a Igreja Católica Apostólica Romana, lançou a Campanha da Fraternidade com o tema "Fraternidade e os Desempregados". Sobre esse tema quero fazer um pronunciamento e ontem subscrevi um requerimento convidando Dom Serafim Fernandes de Araújo, Cardeal Arcebispo de Belo Horizonte, para que venha nos falar sobre esse tema.

Na próxima terça-feira, dia 23, haverá a reunião do CONFAS, quando todos os Secretários da Fazenda do País se reúnem para estabelecerem acordos e entendimentos sobre os impostos. Às vezes, é necessário aumentar ou diminuir o ICMS, o que é feito com a orientação do CONFAS.

Diante da crise que assola o País, o problema do desemprego, que ocorre no mundo inteiro, está alarmante, está muito grave. Pela política equivocada do Governo Federal, o nosso povo tem sofrido muito.

Na terça-feira ocorrerá a reunião do CONFAS, e esperamos que seja resolvido principalmente o problema do desemprego. Sabemos que a montadora da Ford de São Paulo havia demitido 2.500 funcionários. Em um esforço concentrado do sindicato com as montadoras, com o Governo Federal e com os Governos Estaduais, está-se buscando um entendimento para que esses empregos e tantos outros possam ser preservados. Imaginem, em um momento em que o desemprego é imenso, alguém ficar desempregado? A possibilidade de voltar a ter um trabalho é infinitamente reduzida.

Nesse esforço, o que é fundamental? Que os trabalhadores e os sindicatos tenham sensibilidade, que o Governo Federal e os Governos Estaduais tenham sensibilidade, porque a solução dependerá da redução do IPI, que é um imposto federal, mas também da redução do ICMS, que é um imposto estadual. Procura-se reduzir o ICMS de 12% para 9% e o IPI de 10% para 5%, no caso dos carros populares, e outros cairão de 30% ou 25% para 17%.

Temos, em 130 municípios mineiros, 583 empresas de distribuição. Isso equivale a 31 mil empregos. Se não houver uma solução, tanto as montadoras como as revendedoras terão que demitir. Ora, o Estado já perdeu e está perdendo arrecadação porque não consegue vender. O aumento do carro foi muito grande devido ao aumento da COFINS. Isso é resultado da irresponsabilidade do Governo Federal. Para resolver o problema do rombo no Governo Federal, aumenta-se a COFINS e, por consequência, aumenta-se o preço do carro e a diferença do câmbio, pois os carros têm muitos componentes importados. Então, quando o preço do carro aumenta numa situação de insegurança, todos param de comprar. E, parando-se de comprar, inicia-se o processo de demissões. São Paulo já sinalizou que concorda em reduzir o IPI, e o Governo Federal também. É esse o apelo que fazemos hoje aqui na tribuna, um apelo no sentido de que o Governador Itamar Franco, o Governo que é do PT possa ter essa sensibilidade neste momento e consiga na terça-feira que vem reduzir também o ICMS.

Acredito - e sou defensor desta tese - que, se você quer aumentar a arrecadação, deve abaixar impostos. A sociedade não agüenta mais pagar um peso tão grande de tributação como o que temos hoje. O Estado do Ceará e outros Estados que tiveram essa experiência, ou seja, a redução de impostos, obtiveram muito sucesso. É como no comércio: se vendo um copo por R\$10,00 e passo a vendê-lo por R\$6,00, o volume de vendas certamente vai ter um acréscimo.

Fazemos um apelo ao Governador para que ele também consinta em baixar o ICMS. Só falta Minas Gerais. Se Minas Gerais não concordar, o acordo irá por água abaixo. Tem de haver a colaboração de Minas neste momento difícil para resolver o problema do desemprego no Estado. Isso fará com que não haja demissões, mas também poderá empregar alguns que estão desempregados, pois acredito que a receita irá aumentar.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Deputado Miguel Martini, agradeço a oportunidade. Preocupa-nos muito essa situação que estamos acompanhando pela imprensa. Temos um prazo fatal, que é o dia 23, terça-feira, para que saia o acordo automotivo no âmbito nacional. Sabemos que, se Minas Gerais não participar, teremos o automóvel mais caro do Brasil. Não nos preocupa o preço do automóvel. O que nos preocupa é o que V. Exa. está salientando no seu pronunciamento, ou seja, que o automóvel mais caro representa desemprego, pois deveremos ter uma queda nas vendas.

Deputado Miguel Martini, V. Exa. já levantou alguns dados impressionantes, que nos chamaram a atenção, relativos à participação de dois Estados produtores, São Paulo e Paraná, que já aceitam essa redução. A Força Sindical, os metalúrgicos também estão de acordo, mas não ainda não ouvimos Minas Gerais. Tenho acompanhado pela imprensa a tentativa dos líderes metalúrgicos de falar com o Governador Itamar Franco, com a sua equipe, mas em Minas Gerais ninguém fala sobre isso. São 30 mil empregos que estão correndo risco.

O Deputado Miguel Martini* - Diretos, sem contar os indiretos.

O Deputado João Leite (Em aparte)* - Todos sabem que o prazo vai até terça-feira, e nada aconteceu ainda. As famílias estão em situação de risco, e o Governo de Minas não responde, não recebe os sindicalistas, não conversa com o Governo Federal nem com os Governos de São Paulo e do Paraná. Enquanto isso, corremos o risco de permanecer no problema.

Este momento em que o Governo de Itamar Franco não conversa com ninguém é péssimo. Do setor cuja situação V. Exa. está levantando, temos conhecimento, mas e dos outros, a respeito dos quais não há diálogo com o Governo Federal e com outros Estados?

Minas Gerais, a cada dia que passa, está ficando mais isolada, não por causa de outros Estados e das entidades sindicais - como ficou claro em seu pronunciamento -, mas por força da postura do Governador Itamar Franco.

Aplaudo, Deputado Miguel Martini, seu pronunciamento, que é de muita importância neste momento de preocupação geral em relação a empregos. Espero que Minas Gerais, até terça-feira, assumam seu papel no acordo nacional, para, assim, garantir o emprego de nossos concidadãos. Muito obrigado pela oportunidade que me foi dada, Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini* - Reafirmo que concederei, com muito prazer, o aparte ao Deputado Rêmolô Aloise, mas, antes, gostaria de dizer que normalmente os técnicos assessoram mal em alguns pontos. A ânsia de arrecadar mais, o desejo de ter mais dinheiro faz com que acreditem na lógica - que, para mim, é um equívoco - de que, aumentando impostos, arrecada-se mais. Na verdade, isso é matar a galinha dos ovos de ouro. Temos que manter a galinha viva, para que possa botar os ovos de ouro. Do contrário, não teremos nem galinha, nem ovos.

O Deputado Rêmoló Aloise (Em aparte)* - Agradeço ao Deputado Miguel Martini as palavras a mim dirigidas, mas tenho a informar que ainda não sou Vice-Líder do Governo. Estou falando como Deputado comum, como todos os que estão aqui.

Inicialmente, como minha homenagem à que V. Exa. fez ao nosso querido Osmânio, e o faço com um significado muito grande, tendo em vista o trabalho que vem desenvolvendo junto ao Hospital Luxemburgo. Tive oportunidade de seguir a trajetória daquela entidade, desde o momento em que mostrou um retrato diferente no atendimento médico-hospitalar da Grande Belo Horizonte.

Endosso seu requerimento, e que Deus o conforte, porque o momento que ele está vivendo, como V. Exa. mesmo disse, é, infelizmente, uma consequência natural da vida.

Quanto a seu pronunciamento sobre a reunião do CONFAS e quanto ao aparte do Deputado João Leite, tenho algumas indagações a fazer.

Caro Deputado Miguel Martini, neste País é preciso que se faça uma reforma fiscal e tributária. Confesso que não vejo essas medidas oportunistas que serviram a São Paulo como solução para nossos problemas. Baixar o imposto que já foi implantado pelo Governo Federal talvez não resolva. Vejo, atrás disso, coisas maiores e pergunto: será que essa decisão é definitiva ou simplesmente provisória, para acomodar movimentos sindicais que começam a se promover no País?

Nossa responsabilidade, Deputado Miguel Martini, é muito grande. Aqui estamos representando uma fatia deste Estado.

Tenho a certeza absoluta de que Minas ainda não disse "não". Minas, cautelosa e prudente, está analisando o problema. E V. Exa. sabe muito bem que os funcionários da FIAT, em nosso Estado, têm um contrato com a montadora, pelo qual não serão demitidos, independentemente do aumento do IPI.

Deputado Miguel Martini, faço parceria com V. Exa. e com o Deputado João Leite nas suas posições defendendo o emprego, defendendo essa hora principal por que passa o Estado, mas não admito que seja medida passageira, especulatória, para manter empregos que as multinacionais querem ressarcir com a baixa do IPI. E aí vai uma pergunta: será que o processo compensatório da venda dos veículos cobrirá essa baixa de imposto que as montadoras de São Paulo querem? Tenho a certeza absoluta de que Minas é parceira. Minas não se isola, mas não se abaixa. Minas se senta para discutir. Minas quer o diálogo, mas um diálogo permanente, para que, amanhã ou depois, não venham novamente colocar diferenças de ICMS, o que V. Exa. bem entende. Gostaria de lembrar-lhe que há mais ou menos quatro meses o Governo Federal fez uma proposta a todos os atacadistas do Triângulo, dando-lhes 7% do ICMS para instalarem virtualmente, dentro daquela região, os seus escritórios. Montava-se o armazém de todos os atacadistas, venciavam as notas do Distrito Federal, e as mercadorias vinham para o nosso Estado, dando uma compensação aos atacadistas de 5%. V. Exa. sabe muito bem que, no mercado dos atacadistas de cereais, 5% é um lucro muito alto na atual situação do real estabilizado. Essas manobras que estão sendo feitas precisam ser analisadas com uma profundidade maior, para não se pensar apenas na diminuição desse encargo, que entendo também ser muito alto.

O Deputado Miguel Martini* - Agradeço o aparte do nobre Deputado e devo dizer que não estou pessimista em relação à situação. Acredito, Deputado Rêmoló Aloise, que o Governo de Minas terá sensibilidade neste momento. Mas quero dizer que, mesmo que a FIAT não demita, desconhecemos a posição das concessionárias. Estariam garantidos os empregos dos que trabalham nas concessionárias? Não há venda de veículos, e a redução foi drástica. Aqui cito de alguns dados: em 1997, foram 180 mil carros/mês; em 1998, 150 mil carros/mês; no último trimestre, 130 mil carros/mês; em janeiro, 40 mil carros/mês; em fevereiro, 30 mil carros/mês. A redução foi absurda. Não há outro caminho senão o da demissão. E é isso o que se está tentando evitar neste momento. É claro que essa política do Governo Federal está totalmente equivocada. É claro que já está fazendo remendos há quatro anos e não faz as reformas que este País exige e clama. Há mais de três anos estamos cobrando do Governo Federal, nesta tribuna e nos microfones desta Casa, que comece a governar este País, porque nos encontramos num desgoverno total. Ele deveria ter feito a reforma tributária e não a fez porque tinha um projeto de reeleição. E os partidos que se encontram no poder, o PFL e o PMDB, estão dando sustentação a isso. É claro que essa medida, agora, não resolve o problema, mas evita que mais de 3, 4 ou 5 mil pessoas percam seu emprego. Seriam cinco mil famílias desempregadas. O que se está buscando é a preservação desses empregos enquanto encontramos uma solução. Essa é uma medida paliativa, mas trata-se de uma medida que salvará famílias e, quem sabe, até vidas, pois muitos acabam tomando o caminho do desespero. Esse desgoverno federal causou essa catástrofe neste País com o aumento, o crescimento dos impostos. Enquanto não se resolve essa situação, a sociedade tem que pressionar. Temos que buscar alternativas para salvar esses empregos que poderão já não mais existir em breve, a partir da terça-feira que vem. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sentimo-nos gratificados neste início da 14ª Legislatura, pois tivemos a oportunidade de acompanhar, ontem, na reabertura dos trabalhos desta Casa, intensos debates. Também nesta manhã, o nobre Deputado Miguel Martini toma a iniciativa de vir à tribuna para dar calor a uma morna manhã de sexta-feira, dia em que, habitualmente, as nossas reuniões estão esvaziadas.

Gostaríamos, Deputado Miguel Martini; nobre Deputado José Braga, Vice-Presidente no exercício da Presidência; Secretário "ad hoc" Deputado Fábio Avelar; Deputado Agostinho Silveira; meu companheiro de legenda Deputado Luiz Menezes; Deputado Dalmo Ribeiro Silva; Deputado Francisco Rafael; Deputado João Leite, o mais votado do Estado; Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; Deputado Eduardo Daladier; Deputado Antônio Júlio; Deputado Márcio Kangussu; Deputada Elbe Brandão; Deputado Rêmoló Aloise; Deputado Eduardo Hermeto, que pudéssemos, às sextas-feiras de manhã e às segundas-feiras à noite, participar com mais intensidade e mais presença das reuniões. Na verdade, na última legislatura, como há pouco dizíamos, num grupo de companheiros, uma meia dúzia de parlamentares se fez presente nas sextas de manhã e nas segundas à noite. Inclusive, demos uma sugestão ao então Deputado Romeu Queiroz: ou mantínhamos essas reuniões de debates e as prestigiávamos ou acabávamos com elas, porque dissimulação e falsidade não deveriam prevalecer aqui, na Assembléia Legislativa. Pelo menos na segunda parte da legislatura passada, a maioria parlamentar não compareceu. Essas reuniões eram uma dissimulação a que meia dúzia de gatos-pingados comparecia, realizando uma abertura impossível, já que não havia número regimental. E quase sempre era o mesmo grupinho, os mais dedicados.

Enquanto o Deputado Miguel Martini abria o debate de hoje, tomamos a liberdade de nos inscrever, não para cansar os colegas, mas para dar oportunidade para que outros possam apartear-lo. Espero que possa servir como ponte neste debate, principalmente para o Deputado Antônio Júlio, que aguarda com expectativa. Assim, gostaria, primeiramente, de parabenizá-lo pela iniciativa de abrir o debate, porque, muitas vezes, ao fazê-lo, poderíamos ser cansativos, maçantes ou até passar, para os colegas, a impressão de estarmos na tribuna com o objetivo de nos destacar. Não queremos jamais ter esse papel na Assembléia Legislativa, mas parlamento é casa de debates.

Muitas vezes, na última legislatura, durante o processo em que histórica e estoicamente o PT - quero ser bem claro - fez oposição e obstruções, alguns colegas se rebelaram porque as reuniões avançavam na madrugada. Esse tipo de atitude é não ter conhecimento do papel do Deputado, do papel do parlamento, porque, na verdade, quem não quer ouvir conversa, quem não quer debater, quem não quer dialogar não deveria se candidatar a Vereador, a Deputado Estadual ou a Deputado Federal, e sim, buscar uma Prefeitura, o Governo do Estado ou a Presidência da República, em que vai prevalecer a autoridade de Executivo. Mas, realmente, esta é uma casa de debates.

Gostaria de me associar a V. Exa., que é mais que amigo, quase um irmão do Deputado Federal Osmânio Pereira, seu companheiro do grupo carismático católico, para que, neste momento de dor, V. Exa. seja o nosso porta-voz junto a ele, transmitindo-lhe nossos sentimentos de solidariedade pela perda de seu progenitor.

Em segundo lugar, gostaria de fazer coro com o meu companheiro de faculdade, Deputado Rêmoló Aloise, quando pede uma solução definitiva para a política econômica.

Acredito que V. Exa. também pediu isso, Deputado Miguel Martini. O problema da diminuição do ICMS para veículos automotores é realmente mais um paliativo, como disse V. Exa. aqui e como disseram outros Deputados - mais um paliativo nesse sobe e desce da economia, que fica à mercê do capital especulativo.

Temos de ponderar Minas Gerais sob o ponto de vista de que não sejamos uma ovelha negra. Apenas isso. Só fico preocupado quando Minas Gerais se coloca numa posição firme contra o Governo Federal, e o Deputado João Leite cobra um avanço no diálogo. O diálogo, é bom que haja, porque política é diálogo, mas esse diálogo tem de partir também do Presidente da República. Minas Gerais não pode tomar a iniciativa que é do Poder principal, que é o Poder Executivo Federal. Entendemos que não há motivo para termos retaliações, não há porque nos encapsularmos. Temos de manter uma postura, e estamos aqui defendendo essa postura do Governador Itamar Franco. Estamos com um requerimento, colhendo assinaturas de apoio dos colegas, para que esse apoio seja transmitido ao Governador. Um apoio irrestrito às suas medidas contrárias à União. Não estamos aqui como bajuladores do Governador. Podem ter a certeza de que, se tivemos uma postura de engajamento na eleição passada, com Eduardo Azeredo, foi pelas razões que V. Exa. também teve, nobre Deputado Miguel Martini. Não estamos aqui para bajulação, mas no momento em que encontramos uma atitude inicial do Governador Itamar Franco de rebeldia contra o

Governo Federal, no que tange ao problema das dívidas estaduais; no momento em que tomou uma posição que chamamos de intransigente, uma posição patriótica, nacionalista, faria como o Deputado Dilzon Melo, cujo partido, o PTB, tinha muito menos razões para ser governista que eu, que sou de partido de esquerda. Como o Deputado Dilzon Melo, cujo partido teve João Pinto Ribeiro e Christiano Canêdo, um Secretário, o outro, Adjunto, e hoje dá apoio ao Governo Estadual, não me veria como um camaleão que esteve, com independência, apoiando o Governador Azeredo, e hoje se coloca francamente favorável ao Governador Itamar Franco. Na verdade, quando o Governador Itamar Franco, surpreendentemente, tomou as medidas iniciais, estava tomando, particularmente para mim, medidas que prego desde a minha adolescência e a época dos bancos da escola de Medicina. Está aí o Deputado Rêmoló Aloise para testemunhar. Nesse sentido, então, encampamos todas as decisões do Governador. Não vejo porque, também, nos humilharmos nessa busca do diálogo, porque Minas Gerais tem, sim, condições a exigir. Se for preciso, podemos até guardar dinheiro debaixo do colchão, para o Governo Federal não vir confiscar o nosso dinheiro. Temos de pensar em mecanismos arrecadatórios estaduais, para que a União não confisque o dinheiro de Minas Gerais. Minas Gerais tem de se colocar numa posição de independência, e é preciso que a União sinta isso, porque somos o segundo Estado da Federação em importância, tanto em número de habitantes como economicamente, e temos condições de nos opor. Então, quanto a essas medidas do ICMS, vou abrir espaço para V. Exa., Deputado Antônio Júlio, para que possa estabelecer o debate, porque, na verdade, esse foi o papel que assumi ao vir para a tribuna, mas fico realmente preocupado com essa redução do ICMS, no sentido de que, perante a opinião pública, que é marginal, alheia, Minas Gerais passe a idéia de que estamos sendo a ovelha negra do País. Acredito que essa medida de redução do ICMS, o Governador precisa tentar. Só acrescentaria uma outra preocupação, que já manifestamos, no corredor, ao Secretário da Fazenda, Alexandre Dupeyrat, porque, na verdade, V. Exa. diz que é a favor da redução de impostos.

Concedemos, no final de 1997, autonomia para que o Governador Eduardo Azeredo editasse um pacote, elevando diversos impostos em Minas Gerais. Não fomos coniventes, pois cabe ao Poder Executivo executar, e ao Poder Legislativo, legislar. Cabe ao Legislativo aconselhar, debater, mas não podemos impedir que o Executivo tome a iniciativa de elevar impostos, como aconteceu com o ICMS. No Sul de Minas, os comerciantes compram cigarros em Campinas e em Ribeirão Preto. Minas Gerais está perdendo arrecadação, justamente porque o nosso ICMS está mais alto que o de São Paulo. Já me fizeram diversos apelos no sentido de que mostre ao Governo essa realidade, ou seja, a de que estão comprando seus produtos em São Paulo. Minas Gerais vive uma volúpia arrecadatória, o que tem gerado perda de arrecadação. Somente a Localiza está emplacando oito mil veículos na cidade de Curitiba. Acredito que outras locadoras estão fazendo o mesmo. Essa é a informação que tivemos. Realmente, o Governador Itamar Franco tem que estar atento a esse problema da arrecadação. A nossa sugestão é que, se o Governo Federal continuar confiscando o ICMS de Minas, que façamos um projeto de urgência, isentando os mineiros dessa obrigação. Se Minas não leva, muito menos deveria levar o Governo Federal, porque o ICMS, constitucionalmente, é um tributo do Estado. Não temos por que perdê-lo, mesmo através de medidas retaliadoras ou contratuais.

O Deputado Miguel Martini (Em aparte)* - Agradeço a V. Exa. e só não lhe concedi aparte porque meu tempo havia se esgotado.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que vou levar, em nome de V. Exa., do Deputado Rêmoló Aloise e de outros colegas, nosso sentimento de pesar ao Deputado Federal Osmânio Pereira.

Em segundo lugar, agradeço o aparte, porque quero fazer uma correção no meu pronunciamento, pois muitos números estão escritos aqui neste rascunho. Citei equivocadamente os números. Quero corrigi-los, pedindo que as notas taquigráficas também o sejam. Temos aqui a situação de uma revendedora em 1997. Ela vendia 180 carros/mês. Em 1998, caiu para 150 carros/ mês e, no último trimestre, para 130 carros/mês. No mês de janeiro vendeu somente 40 carros, caindo para 30 carros/mês em fevereiro. A redução é absurda. Então, gostaria de corroborar o que V. Exa. disse. Fui autor de um projeto de lei que reduzia de 25% para 18% o ICMS que incidia sobre os cabeleiros e produtos de toucador. Isso beneficiou 10 mil famílias em Minas Gerais, redundando numa redução de preços. Essa vitória foi muito pequena, porque um dos primeiros atos do atual Secretário da Fazenda foi revogar esse decreto de Eduardo Azeredo. A alíquota voltou para 18%. Achávamos que havia sido uma vitória. Não resta dúvida de que foi, mas pensávamos que fosse permanente. Então, o que vai acontecer? Novamente, os atravessadores vão comprar os produtos a 12% em São Paulo e vão vender sem nota fiscal. Minas deixará de arrecadar. Os técnicos têm a visão de arrecadar mais. V. Exa. acabou de dizer que, se o IPVA no Paraná é mais barato, fica fácil sair daqui com uma frota de 8 mil veículos para ser emplacada lá.

Se o ICMS baixar em São Paulo, os revendedores de lá vão vender, e os de Minas vão perder, claro. Se posso comprar 8% ou 10% mais barato, vou comprar.

Quero reafirmar aqui que essa costura, que essa colcha de retalhos que o Governo Federal está fazendo pela incompetência em governar este País - não entendo até agora como o Presidente foi reeleito no 1º turno - faz com que Estados e municípios fiquem nessa situação de penúria e dificuldade. Essa concentração de poder no Governo Federal precisa ser modificada.

Estamos discutindo essa questão do novo pacto federativo. A UNALE vai discutir isso em Salvador, em maio próximo. Vamos discutir, vamos nos mobilizar, porque isso não é possível. A sociedade não suporta isso mais, os Governadores têm que ter independência, os Prefeitos têm que ter seus limites de independência, também, e não podem ficar dependentes do Governo Federal. E isso, propositadamente, Fernando Henrique fez. Ele criou o FEF para ele, não fez a reforma tributária, não fez a reforma administrativa, não fez as reformas que o País precisava. Agora, sofremos as conseqüências disso. Muito obrigado e parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado Marco Régis - Gostaria de responder ao Deputado Miguel Martini, que disse não saber como o Presidente foi reeleito. Eu respondo: o Presidente foi reeleito dentro de um estelionato eleitoral, dentro de uma fraude eleitoral, da mesma maneira que o Presidente Sarney nos enganou com o Plano Cruzado.

O Deputado Antônio Júlio (Em aparte)* - Querida apenas contestar uma fala anterior do Deputado João Leite. Hoje, tudo que há de errado no Brasil é culpa do Itamar Franco. É muito triste ouvir isso, principalmente de um político mineiro de gabarito, como é o Deputado João Leite. Itamar não tem culpa dessa desgraça que hoje paira no País. A culpa é do Governo do PSDB, a culpa é do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quando ele disse que o Itamar não quer receber os sindicalistas de São Paulo para tratar da redução no ICMS no dia 23, isso não é verdade. Itamar já disse que quer ouvir do Governo Federal qual a compensação que Minas terá para reduzir, mais uma vez, sua taxa. Repito isso novamente. Quando votamos aqui, há dois anos, discutimos várias vezes nas comissões e em Plenário que Minas iria perder naquela época R\$540.000.000,00. Vimos o Sr. Secretário João Heraldo dizer que Minas iria perder, mas estava fazendo um bom negócio. Foi isso que mudou a política de Minas. Mas Itamar Franco não está disposto a fazer esse sacrifício da forma que o Governo Federal quer impor ao Governo de Minas.

Queremos, João Leite, dizer a V. Exa. que Minas está atento e disposto a contribuir, apesar de isso não resolver o problema do setor. Não adianta baixar 3% do ICMS e 5% do IPI, se as taxas de juros de financiamento forem elevadas a 19% ou 20%. Estamos todos dizendo ao Governo Federal que essa política econômica precisa mudar. Não adianta ter carro 10% mais barato, se não existe uma linha de financiamento que permita ao povo adquirir esse carro financiado.

Se Itamar disser ao CONFAZ que não concorda com a redução do ICMS, ele estará prestando um grande serviço à Nação, para mostrar que a equipe econômica do Governo está acabando com Minas Gerais, assim como fez a equipe do Governo Eduardo Azeredo, com João Heraldo, que foi o homem que fez todos os acordos que a equipe econômica do Distrito Federal queria. Estamos agora pagando caro por isso. Como se paga uma conta com recessão? Só os técnicos de Brasília querem que o Brasil saia da dificuldade com recessão.

Vejo, João Leite, que Minas está conversando, sim. Só que a equipe do Sr. Itamar Franco quer ouvir do Governo Federal qual seria a compensação que Minas teria para abrir, mais uma vez, mão de parte de sua arrecadação. Queremos e precisamos discutir a necessidade de termos uma linha de crédito compatível com as dificuldades que o povo vive hoje, e não com juros de 14%, 15% e 19%.

É isso que precisamos discutir, e não essa redução, e dizer que Minas seria a ovelha negra desse acordo e que Minas não estaria disposta a manter seus empregos. Minas está pagando muito caro para ter esses empregos e não pode, mais uma vez, abrir uma possibilidade de arrecadação em benefício do povo de São Paulo. Acho que Minas tem que resolver o problema de Minas, e não o de São Paulo.

O Deputado Marco Régis - Pois, não, Sr. Presidente, agradecemos sua generosidade. Nós, na verdade, só exercemos aqui o papel de catalisador do debate, porque outros Deputados desejavam apartear o Deputado Miguel Martini, e não havia tempo. Só conclamamos os colegas para que possamos exercitar mais essa reunião de sexta de manhã ou de segunda à noite, e, ao invés de discutirmos paralelamente, pelos corredores, que pudéssemos realizar esse debate aqui no microfone, porque acho que é mais salutar, mais saudável e muito alvissareiro. Agradecemos a atenção dos colegas.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 25/2/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.593, 1.601, 1.615, 1.616, e 1.675, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Deputado Alberto Pinto Coelho

exonerando Ana Flávia Generoso Evangelista do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

exonerando Arnaldo Gonzaga Filho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02 - 8 horas;

exonerando Flaviano de Souza Thomaz do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

exonerando Maria Diniz Almeida Miziara do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

exonerando Rafael Último Caldeira Martins do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 8 horas;

exonerando Regina Celi Vidal Campelo do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18 - 8 horas;

exonerando Reinaldo Pinto Coelho Júnior do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

exonerando Rosângela Carvalho Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

exonerando Valquíria Maria Almeida Pinto Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Ana Flávia Generoso Evangelista para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

nomeando Arnaldo Gonzaga Filho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas;

nomeando Flaviano de Souza Thomaz para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

nomeando Haile Nunes da Silva Júnior para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

nomeando Maria Diniz Almeida Miziara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas;

nomeando Miguel Augusto Barbosa Dianese para o cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41 - 8 horas;

nomeando Rafael Último Caldeira Martins para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão AL-06 - 8 horas;

nomeando Reinaldo Pinto Coelho Junior para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Rosângela Carvalho Paiva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas;

nomeando Valquíria Maria Almeida Pinto Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Carlos Pimenta

nomeando Vigacil Chaves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 04 horas.

Gabinete do Deputado Christiano Canêdo

exonerando Márcia Costa Alves Batista do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 08 horas;

nomeando Erlon Fernandes de Paula para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 08 horas.

Gabinete do Deputado Luiz de Menezes

tornando sem efeito o ato publicado na edição de 2/2/99, que nomeou Darci de Souza Lima Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05 - 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado na edição de 2/2/99, que nomeou Maria de Fátima de Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, e 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando José Emilio Afonso Silva para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete

do Deputado Sebastião Costa, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

nomeando Regina Celi Vidal Campelo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

tornando sem efeito o ato publicado na edição de 10/2/99, que nomeou Antônio Ferrari para o cargo de Atendente de Gabinete I - padrão AL-06 - 8 horas.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 4/99 - Objeto: seguro para 11 veículos - Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais - Desclassificadas: Rural Seguradora S.A. e Real Seguradora S.A.

EXTRATOS DE CONVÊNIO LEI 12.705 DE 23/12/97

Extratos de Convênio Lei 12.705 de 23/12/97

Termos de Convênio para transferência de recursos financeiros que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas

Convênio Nº 00808/98 - Valor: R\$18.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal para Minas - para Minas.

Objeto: Instalacao de estacao repetidora da TV Assembleia.

Convênio Nº 00809/98 - Valor: R\$18.000,00.

Entidade: Departamento Assist. Med. Social Lj. Mac. Fraternalid. Ubaense - Uba.

Objeto: Aquisicao de um aparelho de RX Marca Siemens - R. Tr 334-B.

Convênio Nº 00810/99 - Valor: R\$9.079,00.

Entidade: Departamento Assist. Med. Social Lj. Mac. Fraternalid. Ubaense - Uba.

Objeto: Aquisicao de material de construcao a ser aplicado na continuidade e da obra do Hospital Materno Infantil Sarah Jacob .